



Joana Filomena Cabral Babo

A ÚLTIMA GRANDE RUÍNA DA ALTA MEMÓRIA DESCRITIVA

Trabalho de Projeto de Mestrado em Comunicação e Jornalismo: Documentário,
orientada pela Doutora Clara Almeida Santos, apresentada ao Departamento de
Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra

2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A Última Grande Ruína da Alta

Memória Descritiva

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Trabalho de Projeto de Mestrado
Título	A Última Grande Ruína da Alta – Memória Descritiva
Autor/a	Joana Filomena Cabral Babo
Orientador/a	Doutora Clara Almeida Santos
Júri	Presidente: Doutor João José Figueira da Silva Vogais: 1. Doutor Sílvio Manuel Correia dos Santos 2. Doutora Clara Almeida Santos
Identificação do Curso	2º Ciclo em Comunicação e Jornalismo
Área científica	Comunicação
Especialidade/Ramo	Audiovisual
Data da defesa	05-10-2015
Classificação	17 valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Agradecimentos

Sem nenhuma ordem em particular.

Aos meus amigos e familiares, que me ouviram e ajudaram ao longo deste percurso.

Aos meus colegas, que me ajudaram a crescer e me mostraram novas perspetivas durante estes cinco anos.

Às pessoas que se disponibilizaram para ser entrevistadas e/ou me ajudarem a encontrar as melhores fontes para fazer um bom trabalho.

Às pessoas que me cederam imagens e fotografias mais antigas de forma a completar o meu trabalho.

À minha orientadora que esteve sempre disponível para me ajudar de cada vez que me deparei com alguma dificuldade maior.

À equipa do Gabinete de Comunicação e Imagem da FLUC, por tudo o que fez por mim durante o tempo que lá colaborei e depois disso.

Por fim, um nome. Ao Filipe Amaro, por todo o apoio ao longo deste ano e por ter acreditado em mim.

Resumo

A valorização do património e do passado de Coimbra tem conhecido uma preocupação crescente ao longo das últimas décadas, culminando com a classificação da Universidade, Alta e Sofia enquanto Património Mundial da UNESCO. O objetivo assumido para a elaboração do presente projeto final, foi, portanto, acompanhar a revalorização de um dos edifícios a ser alvo de recuperação (o Colégio da Santíssima Trindade) e perceber porque é ele importante para a história da cidade.

Palavras- Chave: Património, UNESCO, Universidade de Coimbra, Colégio da Trindade.

Abstract

The valorisation of the heritage and history of Coimbra has seen a growing concern over the past decades, culminating in the classification of the University of Coimbra, Alta and Sofia as UNESCO World Heritage site. The aim assumed for the preparation of this final project was to follow the restoration and rehabilitation of one of the buildings of UNESCO's buffer zone (the Holy Trinity College) and understand why this college is so important for the city's history.

Keywords: Heritage, UNESCO, University of Coimbra, Holy Trinity College.

Índice

Nota Introdutória	9
Capítulo I	
Contextualização histórica do Colégio da Trindade	11
1. <i>Aeminium</i> e Coimbra Medieval	11
2. O Estudo Geral e a Cidade Universitária de D. João III	12
3. A extinção dos Colégios Universitários	14
4. A Cidade Universitária de Salazar	16
5. O Colégio da Trindade na Era Contemporânea	18
Capítulo II	
Caracterização arquitetónica do edifício	20
1. O Piso Térreo	21
2. Caracterização Espacial do Piso Intermédio	25
3. Os Andares Superiores	26
4. Volumetria e Alçados do Colégio da Trindade	27
Capítulo III	
Contextualização urbana do Colégio da Trindade	29
Capítulo IV	
Atual reabilitação, planos para o futuro	38
Capítulo V	
Justificação do tema: a importância do edifício e motivação da autora	42
Considerações finais	45
Cronologia	47
Bibliografia	53
Anexos	59

Nota Introdutória

O presente trabalho pretende reconstruir o passado, o presente e o futuro do que foi e é o Colégio da Santíssima Trindade, na medida das possibilidades de um documentário audiovisual.

Ao longo de 2015, o Colégio foi alvo de obras de recuperação e reabilitação a cargo da Universidade de Coimbra, no âmbito do plano de gestão da que integra a classificação da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia como Património Mundial pela UNESCO. Assim, sentiu-se a necessidade de conhecer melhor este edifício: perguntar o que tinha sido, porque esteve tanto tempo sem obras, porque desabou em 1988 e o que vai agora ser ele. Estas e muitas outras questões são a motivação desta memória descritiva e documentário.

Ao longo da memória descritiva, iremos abordar a história do edifício, desde a fundação do Colégio da Ordem da Santíssima Trindade em Coimbra, até à sua adaptação a Casa da Jurisprudência da Universidade de Coimbra, sem esquecer os projetos de Salazar para a nova cidade universitária e a instalação do Tribunal Judicial da Comarca.

Vai ainda ser abordada a importância arquitetónica do edifício, as suas características ímpares e as modificações de adaptação realizadas ao longo dos séculos.

Para além da caracterização histórica e arquitetónica, procuramos mostrar de que forma a localização urbana do Colégio da Santíssima Trindade – no coração da Alta Universitária e encostado ao Pátio das Escolas – influenciou a importância e as utilizações do edifício.

Contudo, a memória descritiva não será apenas sobre o passado deste espaço. Abordaremos também os planos de instalação da Casa da Jurisprudência do Colégio da Trindade, e as obras de recuperação que estão a ser efetuadas para esse efeito.

Por fim, será explanado o trabalho de investigação elaborado ao longo destes meses para trazer luz sobre a história deste edifício e sobre as histórias que por ele passaram.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO COLÉGIO DA TRINDADE

Aeminium e Coimbra Medieval

A colina onde hoje encontramos a Alta Universitária tem vindo a ser habitada desde a pré-história. Pedro Dias (1995) explana que o ponto em que se encontra nos dias de hoje a Alta da Cidade era o sítio da margem do Rio Mondego de “mais fácil atravessamento em qualquer época do ano”, justificando assim o estabelecimento de povoados pré-históricos na zona. Não existem muitos vestígios desta ocupação pré-histórica mas, como Pedro Dias afirma, eles existem, comprovando assim a permanência do Homem no atual perímetro urbano.

Esta permanência de povoados humanos no local tem sido, como foi dito, comprovada através de diversos vestígios. Do período romano, mais precisamente do século II d.C., ficou o criptopórtico, localizado sob o atual Museu Nacional de Machado de Castro, formado por duas galerias sobrepostas que suportavam uma grande plataforma artificial sobre a qual se encontrava o *forum*. Sob o Colégio da Santíssima Trindade foram também encontrados vestígios de uma estrutura habitacional romana – construída com materiais de construção de boa qualidade – indicando que poderá ter vivido uma importante família naquele local na época da *Aeminium*, como foi relatado pela arqueóloga da reitoria da Universidade de Coimbra, responsável pela supervisão arqueológica das obras de recuperação do Colégio da Santíssima Trindade, Sónia Filipe (BABO:2015g). Já à época, esta região era importante pois a via romana *Olisipo - Bracara Augusta*, a mais importante linha da rede viária peninsular ocidental que ligava o Norte e o Sul do que viria a ser Portugal, atravessava a *Aeminium*.

Mesmo após a queda do Império Romano, a importância da cidade manteve-se. Pedro Dias (1995) relata que o Bispo de *Conímbriga*, em meados do século VI, muda a sua residência para o morro da *Aeminium* para escapar aos saques suevos que aconteciam em *Conímbriga*. Esta movimentação do povoado de *Conímbriga* para o lugar da *Aeminium* levou à alteração do nome da Civitas para Coimbra¹.

¹ Os saques de *Conímbriga* pelos suevos, na década de 460, fizeram com que muitos dos seus habitantes fugissem para Emínio, o que levou à mudança do nome de Emínio para Coimbra no século VI Ring T., Salkin R.M., La Boda S.. *International Dictionary of Historic Places: Southern Europe*. Taylor & Francis, 1996

A partir de 711, com as invasões muçulmanas, a cidade conheceu o mesmo destino de todas as situadas a Sul do terreno montanhoso das Astúrias. Dias (1995) relata que Coimbra, “pela sua posição geográfica, foi o entreposto entre o Sul Islâmico e o Norte Cristão”, comprovando que a cidade mantinha a sua relevância. Fernando Magno, em 1064, reconquistou a cidade, o território e a defesa da linha do Mondego ficaram então a cargo de um moçárabe de Tentúgal.

O mais antigo testemunho medieval remonta ao início do século XII: o geógrafo Idrici descreve Coimbra como estando “edificada sobre uma montanha rodeada de boas muralhas (...) Fica nas margens do Mondego, que corre a ocidente da cidade até ao mar...” (Idrici *apud* DIAS, 1995:12) . A relevância da cidade não esmorece com o avançar dos séculos. Na era do Condado Portucalense, o conde D. Henrique e a rainha D. Teresa escolhem Coimbra para a sua residência e, em 1111 é concedido o foral do Município à cidade. D. Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal, eleva ainda a cidade a capital, estatuto este que foi conservado até 1255.

O valor da cidade continua a ser visível. A partir de 1131 começa a construção do que viria a ser o Mosteiro de Santa Cruz na região além muros, e alguns pequenos núcleos habitacionais, templos e comércio começam a desenvolver-se também do lado de fora das muralhas. Como já foi referido, devido à localização privilegiada da cidade no ponto de melhor travessia do rio, este foi desde o início um local de passagem obrigatório nas viagens, o que impulsionou a fixação de povoados além muros que viviam da movimentação de pessoas naquela região.

No final da primeira dinastia – finais do século XIV – era já bem visível a divisão da cidade em almedina e arrabalde (DIAS:1995). Dentro das muralhas encontrava-se o alto clero, os cônegos da Sé, a nobreza local e os seus servidores e algum povo. Fora dos muros era então onde se concentrava o povo miúdo, os comerciantes e os artesãos.

O Estudo Geral e a Cidade Universitária de D. João III

Em 1290, o Papa Nicolau IV envia a bula “*De Statu Regni Potugaliae*” onde aprova a criação do Estudo Geral em Portugal, fundado então nesse mesmo ano pelo Rei D. Dinis, através do documento *Scientiae Thesaurus Mirabilis*, em Lisboa.

Deste modo, entre 1290 e 1537 a universidade lusa alterna entre Lisboa e Coimbra. Os Estudos Gerais acabam por se fixar definitivamente nas margens do Rio

Mondego a 1537, por ordem do rei D. João III. Com a instalação definitiva da universidade em Coimbra, o desenho urbano da cidade altera-se. Em 1535, já com intenções de transferir os Estudos Gerais definitivamente para Coimbra, D. João III envia uma carta a Frei Brás de Barros com a primeira referência à construção da Rua da Sofia, fora de muros, de forma a alojar os edifícios da universidade. No entanto, esta acaba por ser ocupada por diversos colégios religiosos que se instalam na cidade aproveitando o ambiente estudantil, levando a que o Estudo Geral procure alojar-se dentro de muros. Assim, em setembro de 1544, o rei D. João III publica um decreto onde ordena a transferência do Estudo Geral para o Paço Real, na alta da cidade. Assim, a proliferação de edifícios dedicados ao saber na cidade, tanto dos Estudos Gerais como de Ordens Religiosas, vem modificar para sempre a natureza da cidade e o urbanismo da mesma.

Ou seja, com o estabelecimento da Universidade em Coimbra, muitas ordens religiosas procuram a cidade para fundar Colégios do Saber para ensinar os jovens pretendentes a uma vida secular. Este aglomerado de ensino – religioso e laico – altera a natureza da cidade, transformando-a numa cidade universitária por excelência.

Entre as várias ordens religiosas que estabeleceram colégios em Coimbra, encontramos a Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos – no século XVI existiam 23 colégios na cidade (Silva:1993). Como relata António de Vasconcelos (1938), o Colégio da Santíssima Trindade foi fundado em 1552 por Frei Roque do Espírito Santo (vigário geral da ordem) e a sua construção iniciou-se em 1562. Rui Lobo (1999) refere ainda que o colégio da Trindade foi um dos primeiros colégios universitários a ser edificado na alta da cidade, após o decreto de 1544, emitido por D. João III, que “obrigava todas as Faculdades da Universidade (exceto a de Artes) a funcionarem nos Paços Reais.” Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves (1947) explanam que o primeiro Reitor do Colégio terá sido Frei Nicolau Coelho de Amaral e, à época da fundação do Colégio da Santíssima Trindade, os alunos ocupavam alguns edifícios pertencentes a D. Vetaça – dama da rainha santa Isabel – junto à Sé Velha. A construção do Colégio veio assim servir para alojar estes mesmo alunos e providenciar um espaço digno para estes estudarem.

Ludovina Cartaxo Capelo (2012), arquivista aposentada da Universidade de Coimbra, ao fazer o levantamento dos documentos do Colégio que sobreviveram às más condições de armazenamento e maus cuidados após a extinção da Ordem,

encontrou o documento que relata o ato solene da colocação das primeiras pedras da Igreja do Colégio da Santíssima Trindade. A cerimónia aconteceu a 2 de novembro de 1587, e contou com a presença do Reitor da Universidade, Dom Fernando Martins Mascarenhas, do Provincial e Comissário Frei Roque do Espírito Santo, do Reitor do Colégio da SS Trindade, Padre Frei António dos Anjos, e do visitador do colégio, Padre Frei Sebastião Álvares.

A construção do Colégio da Trindade é caracterizada por algumas particularidades. Entre elas encontramos a doação perpétua dos quintais defronte ao colégio, para que nunca neles se construa de forma a obstruir a vista a partir do edifício (05-01-1575); a concessão pela câmara de uma rua que atravessava a meio o local do edifício, separando-o em dois (11-01-1575); uma licença para a construção de um arco de pedraria e um passadiço de acesso a ligar o edifício do Colégio da Trindade ao Pátio da Universidade (1627); a autorização para a construção de um alpendre no portal da igreja (07-12-1630).

A partir de 1576, os oficiais do Colégio da Trindade começam a ser tratados como o pessoal pertencente à Universidade (Loureiro:1964b) e, a partir daí, as relações entre o Colégio e a Universidade estreitam-se. De tal modo que, entre 1696 e 1697, período durante o qual a Real Capela de São Miguel esteve encerrada para obras, o culto religioso da Universidade foi realizado na Igreja do Colégio da Trindade, assim como em outras situações pontuais sempre que a Capela da Universidade se encontrava encerrada.

Desde a fundação do Colégio da Santíssima Trindade, em 1552, até à extinção das Ordens Religiosas em Portugal, em 1834, o Colégio funcionou de forma regular. Pontualmente, durante as invasões napoleónicas e a Guerra Civil de 1828-1834, o Colégio da Santíssima Trindade alojou destacamentos militares. Contudo, não existem registos de qualquer funcionamento fora do normal para um colégio de ensino durante todo o seu funcionamento.

A extinção dos Colégios Universitários

Em 1834 ocorre então a extinção das ordens religiosas em Portugal, levando à extinção de 20 dos colégios (com exceção do Colégio das Artes e os Colégios Reais que foram extinguidos poucos anos depois). Segundo António Martins da Silva (1993), onze colégios foram entregues à Universidade em 1836 e os restantes

vendidos em hasta pública. O Colégio da Santíssima Trindade passou então a ser propriedade da Fazenda Nacional e Correia e Gonçalves (1947) contam que o seu último Reitor foi Frei António de Azevedo. Assim, a partir deste ano, o Colégio da Trindade terá assumido várias funções e alojado diversas iniciativas no seu espaço.

Existem relatos de que funcionaram diversas lojas maçónicas no espaço do edifício, supondo-se que a primeira se terá instalado no local logo em 1835, tendo-se seguido uma outra loja maçónica em 1852 (julga-se que poderá ter havido mais, mas não existem registos claros relativamente a essas ocupações). Em 1845, a parte conventual do edifício (igreja e claustro) foi entregue à Câmara de Coimbra, que aí instalou o Tribunal Judicial da Comarca que terá funcionado até 1870, data em que abandona o local devido às más condições do edifício. Relativamente ao restante edifício, António de Vasconcelos (1938) esclarece que terá sido vendido em hasta pública ao padre Manoel Simões Dias Cardoso em 1849. Os claustros e a igreja também conheceram o mesmo destino após o Tribunal Judicial da Comarca abandonar as instalações, sendo vendidos, em 1895, ao Arcediago José Simões Dias.

Com a realocização do tribunal e a libertação do espaço da igreja e dos claustros, uma miríade de instituições ocupou o espaço. Como José Pinto Loureiro (1964a) descreve, diversos grupos de teatro se instalam no espaço dos claustros do antigo Colégio da Trindade. Entre 1882 e 1894 vários grupos dramáticos são fundados no edifício e inúmeras peças de teatro lá são apresentadas – a título de exemplo, passaram pelo edifício os grupos Sociedade de Teatro da Trindade, Sociedade União Artística Conimbricense, a Sociedade de Recreio Artístico e a Sociedade Dramática.

Duas conhecidas escolas da cidade de Coimbra foram fundadas neste colégio. A Escola de Desenho Industrial Brotero (que passa a Escola Secundária Avelar Brotero após a queda do Estado Novo), (FIGUEIREDO:1996, CAPELO:2015), foi fundada no edifício do Colégio da Trindade em 1884 por António Augusto de Aguiar e aí permaneceu até 1889, altura em que se mudou para o andar superior do Jardim da Manga por necessitar de maiores instalações para as aulas técnicas. O ensino secundário do Centro Académico da Democracia Cristã, que deu origem ao Colégio Rainha Santa Isabel, foi a segunda escola de ensino secundário a ser fundada no edifício do Colégio da Santíssima Trindade, sob a direção de D. Octávia Neves, em 1928 (VASCONCELOS:1938). Mais tarde, em 1930, o ensino passou a ser dirigido pelas Irmãs da Congregação de São José de Cluny. A congregação apenas deixou o

edifício do Colégio em 1941, ano em que o novo edifício do Colégio Rainha Santa Isabel ficou pronto a ser ocupado.

Ainda em 1889, a Associação Académica de Coimbra (AAC) ocupa o espaço após a demolição do Colégio de São Paulo (Teatro Académico), na Rua Larga. Segundo a página da AAC, esta esteve sediada durante algum tempo no edifício, tendo procurado novas instalações devido à inadequação do espaço ocupado do edifício às diversas secções culturais e desportivas da Associação. Em setembro de 1901, a Associação Académica voltou a ocupar um espaço no Colégio da Trindade, tendo lá permanecido durante vários anos.

Entre as várias ocupações, existem registos de que em 1895 terá funcionado uma marcenaria e uma loja de móveis na parte conventual do edifício (CORREIA&GONÇALVES:1947) e, após o encerramento desta loja e marcenaria, uma outra idêntica terá ocupado o espaço entre 1838 e 1984 (VASCONCELOS:1938). Segundo relatam Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves (1947), mais duas instituições para crianças e jovens terão funcionado no Colégio da Trindade. Em 1941, o Padre Américo de Aguiar fundou o Lar do Ex-Pupilo dos Reformatórios do País, no andar nobre do edifício, que foi entregue posteriormente aos serviços Tutelares de Menores, em 1950. Correia e Gonçalves relatam ainda a existência do Semi-Internato da Tutoria da Infância de Coimbra no espaço, em 1947, mas não foram encontrados mais detalhes sobre esta ocupação.

Algumas livrarias e bares existiram também neste edifício (como o Bar dos Direitos, em 1926), e muitas pessoas fizeram do espaço as suas casas. Contudo, com a intenção do Estado Novo de demolir os antigos edifícios da alta de Coimbra para construir a Cidade Universitária, muitas destas ocupações foram encerradas ou realojadas noutros locais da cidade.

A Cidade Universitária de Salazar

Na década de 40, o Estado Novo planeia uma reforma que reconfigurará a Alta Universitária. O processo de remodelação da Rua Larga e arredores demorou mais de três décadas, e o Colégio da Trindade foi alvo de diversos projetos de intenções. Na convicção de Salazar, o espaço deveria servir integralmente a função escolar (ROSMANINHO: 2006). Deste modo, Rosmaninho relata que a Ladeira do Castelo foi alargada de modo a abrir uma avenida com 25 metros de largura – que

serviria de entrada principal para a Cidade Universitária -, foi demolido o soco pombalino no sítio do castelo, e que a Rua Larga foi ampliada e regularizada de modo a possuir dimensões para funcionar como centro de distribuição urbana (ROSMANINHO:2006).

As constantes mudanças nas comissões de obras e os diferentes arquitetos a liderar as demolições e reconstruções justificam, de acordo com Nuno Rosmaninho, o facto de não se encontrar um desenho urbano consequente no plano geral da Cidade Universitária.

Assim, logo a partir de 1943, o arquiteto do Regime, Cottinelli Telmo, planeia uma obra de adaptação do edifício de forma a transformá-lo numa residência para estudantes do sexo feminino. Em 1948, surge um novo plano de conservação e restauro do colégio de forma a anexá-lo à antiga Faculdade de Letras.

Em 1954, a Associação Académica de Coimbra promove um debate onde propõe a demolição de casas na Rua da Matemática, na área que compreende e circunda o Salão da Trindade e no alto da Couraça de Lisboa para a construção de residências estudantis. Rosmaninho (2006) afirma então que a Associação Académica desejava que as demolições se alastrassem em vários sentidos. No entanto, o plano não é levado em consideração pela comissão de obras do Regime.

A segunda comissão de obras, sob a orientação de João Filipe Vaz Martins, em 1958, propõe a demolição do edifício do Colégio da Santíssima Trindade para a construção de um edifício com oito ou nove pisos, que poderia atingir os trinta e cinco metros acima do nível do passeio (ROSMANINHO:2006, para alojar a Escola Superior de Farmácia. O projeto é abandonado devido à previsão da construção de uma torre 25 metros acima do Pátio das Escolas, que obstruiria a vista que havia justificado a demolição do Observatório Astronómico (então situado no Pátio).

Nuno Rosmaninho (2006) conta então que, a 30 de junho de 1965, Cristino da Silva propõe um novo plano para a Faculdade de Farmácia, que implica a apropriação de casas particulares na Couraça de Lisboa, e o Colégio da Trindade seria então adaptado de forma a funcionar como a continuação do Terreiro da Universidade. Este projeto de Cristino da Silva era caracterizado pela demolição dos prédios situados na frente da Universidade que, segundo o arquiteto, prejudicavam a vista que se goza do pátio da Universidade (ROSMANINHO:2006). Contudo, o recurso a demolições era cada vez mais contestado e estas extensões propostas por Cristino da Silva não tiveram continuidade.

Assim, Rosmaninho reitera que, em 1944, o próprio Salazar deu indicações para que se instalassem os serviços universitários na Alta da cidade, mesmo com prejuízo da restauração dos edifícios antigos (2006). O próprio arquiteto dos Monumentos Nacionais, Baltazar de Castro, emitiu um parecer onde afirmava que a base da torre medieval não possuía interesse histórico podendo ser demolida sem prejuízo para o Património Histórico e Arqueológico do país (ROSMANINHO:2006).

Em 1969, a ideia de incluir o Colégio da Trindade na Cidade Universitária do Estado Novo ainda não tinha morrido. Nesta altura, o plano passava novamente pela aquisição do edifício para residências estudantis. No entanto, nenhum dos planos do Governo de Salazar seguiu a bom porto, tendo o edifício continuado sem cuidados ou destino até à derrocada da parede Sul do edifício, a um de fevereiro de 1988.

O Colégio da Trindade na Era Contemporânea

Com o término das intervenções da Cidade Universitária pela Comissão de Obras do Estado Novo, o edifício do Colégio da Trindade voltou a ser ocupado.

Entre a década de 70 e 1988 – o ano da derrocada na parte Sul do Colégio, muitos pequenos negócios abriram no edifício. Álvaro de Oliveira, um antigo morador da Alta que esteve presente durante a época dos realojamentos para a Cidade Universitária de Salazar, relata que no edifício proliferavam diversos negócios. Álvaro de Oliveira conta então que até aos anos 70 estava a funcionar uma marcenaria pertencente a Eduardo Simões de Carvalho e, após o encerramento dessa, abriu uma outra no mesmo local a cargo da família Pereira. Tanto o antigo morador como o arquiteto Rui Lobo – que fez levantamentos e projetos para o Colégio da Trindade nos finais dos anos 90 e inícios de 2000 – referem também a existência da Encadernação Cardoso e da Procuradoria do Raposo, que cumpria a função de alfarrabista e vendia algumas sebatas aos estudantes – também conhecida como Procuradoria Universitária - (BABO:2015a;2015f)). Para além destes pequenos negócios, uma parte do edifício cumpria a função habitacional, alojando estudantes sazonalmente e famílias por várias gerações. Contudo, o lugar da utilização do espaço mais conhecida da contemporaneidade pertence à taberna “O Pratas”. Segundo Álvaro de Oliveira, a taberna terá aberto em 1995 e apenas terá fechado em 2001, altura em que a Universidade de Coimbra se preparava para dar início às obras de recuperação (BABO:2015a).

Compreendemos então que, desde a fundação do Colégio da Santíssima Trindade, em 1552, este espaço tem sido de um especial relevo para a cidade, num formato de anti-herói. O seu lugar relativamente central na Alta da cidade e a sua proximidade ao Pátio das Escolas têm-lhe trazido uma história muito variada e significativa. No entanto, a importância que este edifício tem tido para a criação e manutenção de tão diversas instituições da cidade (escolas secundárias, a Associação Académica, as próprias missas da UC...) ao longo dos séculos tem passado despercebida para a maioria da população conimbricense.

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA DO EDIFÍCIO

O Colégio da Santíssima Trindade foi fundado em 1552. Nesta data, o decreto real de D. João III que decidia que as Faculdades da Universidade deveriam funcionar nos Paços Reais já havia sido emitido e as ordens religiosas procuravam construir os seus colégios em locais mais próximos da Universidade.

Rui Lobo, professor de Arquitetura da Universidade de Coimbra, relata que, em 1555, o Vigário Geral da Ordem da Trindade, Frei Roque do Espírito Santo, já procurava terrenos para a edificação do edifício do novo colégio (1999). O Vigário Geral comprou algumas casas e um quintal que estavam feitas no local onde pretendia construir o Colégio da Trindade e iniciou a obra. “Fez primeiramente repartir em cellas as mesmas casas, no pavimento as oficinas, e no quintal huma ermida com serventia para a porta principal. (...) Principiarão pelo canto do dormitório, que fica defronte da Igreja de S. Pedro.” (Frei Jerónimo de S. José *apud* LOBO, 1999:6). Ou seja, Frei Roque do Espírito Santo começou a construção do Colégio a partir da adaptação de algumas casas compradas para as celas onde iriam residir os colegiais.

À data em que começou a construção do Colégio da Santíssima Trindade, os terrenos adquiridos eram atravessados por uma rua que ia “desde a porta da Universidade até à Couraça”, dando continuidade à Rua Entre Colégios que passa entre o atual edifício da Biblioteca Geral e o Colégio de S. Pedro. Em 1575 a Câmara concede uma parte da rua para que o edifício não fique dividido em dois (CAPELO:2012), isto permitiu que a igreja, o claustro e as celas se pudessem unir. No mesmo alvará em que é concedida parte da rua e de uma travessa, a Ordem dos Trinitários compromete-se a criar uma nova travessa “de vinte palmos de largo” (a atual Travessa da Trindade, defronte ao Pátio das Escolas) e a não ultrapassar as cotas do Paço Real, para que não se obstrua a vista do mesmo. Ainda em 1575, Gonçalo Leitão Monteiro, proprietário de várias casas na Couraça de Lisboa, “fez huma obrigação, para que em tempo algum os seus descendentes, ou outros quaisquer possuidores” não pudessem levantar as referidas casas e, desse modo, tapar a vista para o Rio Mondego (Frei Jerónimo de S. José *apud* LOBO, 1999:7). Ou seja, em 1575, a construção do Colégio da Trindade foi marcada por diversos fatores. Desde logo, a concessão de uma parte da rua para que o edifício não estivesse separado em dois, permitindo assim a união entre a igreja, o claustro e os dormitórios; de seguida a obrigação de não ultrapassar as cotas de altura do Pátio das Escolas; e, por fim, o

acordo para que as casas da Rua da Couraça de Lisboa em frente ao edifício não pudessem obstruir a vista deste sobre o rio.

Assim, Rui Lobo acredita que a construção do Colégio da Santíssima Trindade terá começado pelo “canto nordeste, edificando-se a partir desse ponto os braços do dormitório (com as oficinas e armazéns no pavimento térreo) para sul e para poente, que iam progressivamente substituindo as casas que foram ocupadas num primeiro momento” (LOBO, 1999:7). Alguns anos depois, em 1587, é realizada a cerimónia da colocação das primeiras pedras da igreja, “junto do cunhal que marca no alçado da Couraça o alinhamento entre a nave e a capela-mor” (LOBO, 1999:7), dando-se início então à construção da igreja, do claustro e das dependências anexas do colégio. Rui Lobo julga então que as construções da igreja e os andares do claustro seriam terminados ainda no século XVI ou logo no início do século XVII (1999).

Na primeira metade do século XVII são efetuadas algumas obras no Colégio da Santíssima Trindade. Em 1627 é concedida uma licença para a construção de um arco em pedraria e um passadiço de acesso a ligar o colégio ao Pátio da Universidade e, em 1630, é autorizada a construção de um alpendre no portal da igreja do edifício (CAPELO:2012). Por fim, supõe-se que uma das cisternas presentes no terreno interior do colégio terá sido construída a 1641 (LOBO:1999).

O Colégio da Trindade consiste então na adaptação da tipologia de colégio conventual consagrada na Rua da Sofia – ou seja, uma adaptação do modelo que os colégios da Graça, do Carmo e de S. Pedro seguiram. O Colégio em análise está implantado em quarteirão, numa situação “mais urbana, em que todos os lados se tornam eventualmente acessíveis” (LOBO, 1999:10), impossibilitando a existência de uma única frente pública.

Assim, Rui Lobo faz-nos uma descrição pormenorizada de como seria o Colégio da Santíssima Trindade, e de como foi transformado após a extinção das ordens religiosas.

O Piso Térreo

A igreja do Colégio da Trindade é uma das primeiras igrejas que segue a tipologia sistemática de nave única do Renascimento português.

Em termos de fachada, foi aproveitado o terreno em declive de forma a criar uma fachada alta para a igreja, resolvendo bem o problema da inclinação do terreno.

Quanto ao seu interior, estamos na presença de uma igreja de nave única abobadada, com três capelas laterais de abóbada de berço transversal a cada lado. A nave é constituída por quatro tramos, com um coro alto no primeiro, sobre a entrada.

Rui Lobo defende então que a Igreja da Trindade regulariza todas as hesitações de projeto das igrejas anteriores, construídas em outros colégios, “definindo a mesma altura para todas as capelas laterais (fazendo desaparecer o falso transepto), e tratando simetricamente os alçados internos da nave, reproduzindo as janelas de iluminação (indireta) da nave, sobre as capelas do lado direito, no alçado contrário” (LOBO, 1999:12). Assim, é-nos indicado que a nave da igreja tem 22,5 metros de comprimento, por 10,5 metros de largura e 15 metros de altura, mantendo a “composição tratadística enquadrada pelas proporções aproximadas de 1/2, 2/3 e 3/4 e aplicada na resolução do espaço interno” (LOBO, 1999:12).

Após a extinção do Colégio da Trindade, funcionou um tribunal no espaço da igreja, o que levou ao levantar de dois panos de parede a separar o espaço da entrada da nave e a nave da capela-mor. O chão da nave também havia sido alterado. Já o piso do cruzeiro e a capela-mor estavam a uma cota mais alta. Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves (1947) referem ainda que o arco cruzeiro era formado por pilastras dóricas, caneladas, e com “a frente do arco repartida em trapézios com querubins centrais”. Atualmente, o piso da igreja já foi novamente nivelado através da obra de recuperação da Universidade de Coimbra, pelo arquiteto Manuel Aires Mateus, procurando recuperar as suas cotas originais.

Relativamente à derrocada de 1988, esta aconteceu ao longo de todo o flanco sul da igreja. A parede foi posteriormente reedificada em betão, tendo-se reconstruído as paredes divisórias das capelas laterais e deixado espaço para a galeria sobreposta. Aquando da derrocada, a abóbada da nave também desabou, restando apenas o flanco norte da igreja. Rui Lobo explana então que a restante abóbada foi reconstruída com recurso a um “sistema de construção moderno, totalmente em betão, sob os quais se aplicaram placas de pedra, algumas das quais recuperadas, que retomam os arcos anteriormente existentes” (LOBO, 1999:13).

Quanto aos claustros, Rui Lobo afirma que a sua tipologia difere dos claustros colegiais de colégios anteriores, seguindo uma tipologia “chã” de simplicidade compositiva extrema, à semelhança do claustro principal do Colégio do Espírito Santo, na Rua da Sofia.

Deste modo, os claustros são compostos de quatro arcos por lado, apoiados em

pilares de secção quadrada, tratadísticos (sem recorrer a colunas ou contrafortes intermédios, característicos do modelo do arquiteto do século XVI, Diogo Castilho).

Rui Lobo identifica a entrada principal do colégio como sendo a “porta encostada à fachada da igreja, associada a uma pequena portaria” (LOBO, 1999:14), dando para o claustro, a partir da Travessa da Trindade. Contudo, Lobo acredita que a ligação ao claustro teria um percurso diferente do que era observado à data do levantamento arquitetónico de 1999. O arquiteto justifica que o percurso original de entrada obrigaria “a duas mudanças de direção de forma a ligar a porta de entrada com o acesso monumentalizado pelo arco, passando por um compartimento de portaria” (LOBO, 1999:14-15). O professor do Departamento de Arquitetura da UC refere ainda que na parede do lado nascente, existem dois arcos de volta inteira que dariam acesso a uma sala que servia para o capítulo.

“O colégio tem seu claustro à proporção com outra Aula maior, em que se presidem as Conclusões, boas oficinas, e hum grande terrepleno no meio com sua cisterna, varias árvores, (...) que tudo serve de recreio ao Collegiaes” (Frei Jerónimo de S. José *apud* LOBO, 1999:15). Ou seja, a Aula maior seria a Sala do Capítulo, que segundo Rui Lobo, estaria muito alterada no séc. XIX, com o tramo do lado norte suprimido e a restante sala dividida em três compartimentos distintos. O professor do Departamento de Arquitetura reitera ainda as alterações levadas a cabo na Sala das Conclusões, relatando que existiam seis lápides nas paredes da Aula maior original, o que o leva a pensar que existiriam “duas lápides por cada tramo da sala, exceto no tramo da capela” (LOBO, 1999:16).

A norte da Sala do Capítulo, no canto nordeste do claustro, existiria a escadaria principal de pedra, onde se acedia ao pavimento de cota superior. Rui Lobo (1999) relata que a escadaria estava incompleta, e acreditava que os lanços de escadas de acesso aos andares superiores haviam sido retirados para se abrir uma porta de acesso ao corredor que dava para a Rua José Falcão. Para fazer estas alterações, o arquiteto conta que foi necessário “deslocar a parede entre o primeiro lanço da escada e a ‘aula das conclusões’ mais para sul”.

Ainda relativamente aos claustros, João Gabriel Silva (BABO:2015c) explana que já durante as obras de recuperação no âmbito da Universidade de Coimbra enquanto Património da Humanidade da UNESCO, foi realizado um abaixamento do piso para a cota original, que havia sido alteado posteriormente. Este rebaixamento do piso permitiu, segundo o reitor, recuperar “alguma da dignidade do próprio claustro

que estava um bocadinho perdida” (BABO, 2015c:3).

Caracterização Espacial do Piso Intermédio

Quanto ao piso “intermédio”, Rui Lobo explana que utiliza esta designação para definir “o pavimento que está ao nível do rés-do-chão relativamente à Rua da Trindade e ao terreiro interno do colégio, mas que simultaneamente ocupa o primeiro andar, relativamente ao claustro e à entrada principal no colégio, pela Travessa da Trindade” (LOBO, 1999:17).

Deste modo, a metade poente do piso intermédio corresponde às galerias superiores do claustro e ao andar do coro-alto e galerias laterais da igreja. Lobo refere também que, por cima das dependências da entrada, existiria uma zona associada ao coro-alto que deveria ser uma sala única de maiores dimensões.

Antes de começar a descrever a planta do corpo central do Colégio da Santíssima Trindade, é necessário referir que o que irá ser descrito são apenas hipóteses para o que existiria no nível do piso intermédio. Para Rui Lobo, estas suposições são bastante prováveis de acordo com a lógica de funcionamento do colégio, mas não existe confirmação de que seria de facto como ele descreve (LOBO:1999). O professor reitera que o corpo central do colégio se trata da área “mais difícil de reconstruir, pois foi bastante alterada posteriormente à extinção do colégio, em 1834” (LOBO, 1999:18).

Assim, no corpo central do colégio, a nascente da igreja e dos claustros, o professor do Departamento de Arquitetura da UC pensa que estariam localizadas as dependências utilitárias e que o refeitório, por sua vez, funcionaria na “sala de cobertura plana”, encostado à parede lateral da capela-mor entestando o corredor onde vinha ter o lanço das escadas que partiam do rés-do-chão do canto nordeste do claustro (LOBO:1999).

Também nesta zona, junto à igreja, ficaria localizada a biblioteca do Colégio da Trindade, que numa das intervenções de “estabilização da ruína” terá desaparecido (BABO:2015f). Esta biblioteca terá ainda servido de capela para as freiras do Colégio Rainha Santa Isabel, segundo nos contam Vergílio Ferreira e António Nogueira Gonçalves (1947).

Relativamente à cozinha, Rui Lobo acredita que esta ficaria junto aos armazéns que seguiam ao longo da Rua José Falcão (antes denominada Rua da

Trindade). A poente do corredor, o arquiteto pensa que existia uma sala nobre de acesso à galeria superior do claustro.

Quanto ao pátio interior, localizado a nascente do corpo central, existem duas alas que o contornam. Rui Lobo explana que estas duas alas albergariam uma sequência de galerias de armazenamento, ligadas a partir da cozinha, que serviriam de salas de aprovisionamento. O professor acredita que este alinhamento corresponderia à parede que divide o corredor das celas, mas afirma que a reconstrução da compartimentação original desta área é difícil devido ao levantamento de divisões mais recentes.

Rui Lobo termina a caracterização do piso intermédio defendendo que, na parte sul deste lanço, “separada neste pavimento do restante edifício”, estariam dois pisos devido ao desnível da rua em direção à Couraça de Lisboa, que este acredita que seriam independentes do colégio.

Os andares superiores

O andar superior do Colégio da Santíssima Trindade era constituído principalmente por corredores e celas dos dormitórios, segundo Rui Lobo. Estes estendiam-se em três lanços em redor do pátio interior. Nos lanços norte e nascente, o corredor percorria o perímetro externo, com as celas voltadas para dentro, com vista para o pátio. O terceiro lanço, no corpo central, possuía um corredor central e Rui Lobo acredita que possivelmente teria dormitórios de ambos os lados.

A varanda estaria localizada neste piso, virada para sul, e a precedê-la existiria uma sala “ornada de painéis dos seus Varões ilustres” (Frei Jerónimo de S. José *apud* LOBO, 1999:20). Rui Lobo acredita ainda que parte da sala sobreviveu à derrocada da década de 80, sendo marcada por um arco triunfal setecentista. Esta sala estaria localizada no lanço central do colégio, coberta por uma abóbada e, para além do arco triunfal a ligar à varanda, possuía ainda um portal que ligava à livraria – construída no século XVIII. A *loggia*, era formada por colunelos dóricos que faziam sete vãos, e estava coberta por azulejos do século XVIII, de fabrico coimbrão, e a meio da parede existia um rótulo com um veado ostentando a cruz da ordem trinitária, pelo que nos relatam Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves (1947). Rui Lobo (1999) remata que a varanda seguia o mesmo modelo que três varandas construídas no Colégio do Carmo, na Rua da Sofia.

Sobre esta sala e área do Colégio da Trindade, Rui Lobo explana que sofreu grandes alterações na sua disposição interna durante os séculos XVIII e XIX, o que dificulta a sua reconstituição (LOBO:1999).

Relativamente às escadas de acesso a este pavimento, o professor do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra reitera que estariam ligadas ao corredor central, “perto do cruzamento deste com o grande corredor nascente-poente”. Rui Lobo descreve que estes corredores eram “ornados por uma pequena cornija saliente de onde partia uma abóbada revestida a estuque, conformada por uma estrutura de madeira preenchida a tabique, sobre o qual se aplicou gesso” (LOBO, 1999:21) e que, por isso, eram estruturas de grande interesse que deveriam ser preservadas.

Para terminar, Rui Lobo refere que, após a venda do edifício em 1849, todo este piso terá sido transformado em diversas habitações nos troços norte e nascente do dormitório. Para além disso, acredita que as duas salas com claraboias no corpo central terão sido obra das freiras do Colégio Rainha Santa Isabel, que funcionou no edifício no início do século XX.

Volumetria e alçados do Colégio da Trindade

Pensa-se que a volumetria exterior do Colégio da Santíssima Trindade não terá sofrido grandes alterações desde a sua conclusão, no século XVII, até à década de 90 do século XX.

Rui Lobo (1999) refere que os únicos acrescentos feitos ao edifício terão sido a livraria do século XVIII, no andar superior do lanço sul do claustro, e o corpo construído em época mais recente no lanço nascente dos claustros.

Contudo, o edifício aparenta um aspecto compacto e os alçados dos pisos mais altos “continuam a cornija que remata todo o alçado norte do colégio” (LOBO, 1999:23).

Relativamente aos telhados e estruturas da cobertura, à data do levantamento arquitetónico realizado pelo professor Rui Lobo encontravam-se em estado de degradação absoluta. O arquiteto acredita que estes terão sofrido várias alterações e renovações ao longo dos séculos, tendo-se até construído umas águas furtadas sobre o corpo central do edifício.

A fachada da Igreja da Trindade, virada para a Travessa da Trindade, é

considerado o alçado principal do colégio. Para Rui Lobo (1999), esta frente é a que se manteve menos alterada - apesar da derrocada da parede sul.

O alçado original da Couraça de Lisboa desapareceu com a derrocada do flanco sul da igreja. Segundo alguns registos mais antigos, esta fachada era pontuada por cinco janelas de sacada no prolongamento da varanda. No entanto, tanto as janelas como a varanda ficaram destruídas com o desabamento.

Antes da obra de recuperação começar, em 2014, o estado de conservação do Colégio da Santíssima Trindade era visivelmente mau, sendo considerado um edifício em ruína.

A maioria das coberturas do telhado haviam cedido, deixando muitas partes do colégio desprotegidas das condições meteorológicas ao longo dos anos. Para Rui Lobo (1999), as áreas mais afetadas pelas chuvas e vento foram os andares superiores do lanço norte, ao longo da Rua José Falcão e do lanço poente. O telhado da parte sul do corpo central também tinha desabado, expondo os andares superiores aos fatores climáticos.

Os claustros também sofreram com a degradação ao longo dos anos, sendo que Rui Lobo defendia que o pavimento térreo era o que mantinha um estado de conservação mais razoável.

A área melhor preservada do Colégio da Trindade era a igreja. Rui Lobo (1999) defende que esta área revelava um estado de conservação melhor devido à reconstrução da parede sul em betão e do telhado, protegendo o interior da igreja e das capelas laterais.

Em data mais recente, Aires Mateus, arquiteto responsável pela obra de recuperação a decorrer atualmente, observou que apenas as alvenarias argamassadas dos muros conseguiram resistir à degradação do edifício, tendo os pisos superiores e as coberturas ruído. Na intervenção de recuperação planeia-se assim preservar os elementos que sobreviveram à degradação do edifício, repondo a geometria dos telhados e as cantarias existentes e reforçando as alvenarias (AIRES MATEUS:2015).

Deste modo, compreende-se que em termos arquitetónicos muito se terá perdido ao longo dos anos, mas que existem diversos registos que nos permitem fazer um retrato relativamente próximo de como seria o Colégio da Santíssima Trindade antes das modificações e dos desabamentos.

CONTEXTUALIZAÇÃO URBANA DO COLÉGIO DA TRINDADE

Coimbra é atualmente uma cidade cujo desenho urbano é constituído por múltiplos centros. Contudo, à semelhança da tradicional formação das cidades no geral, Coimbra na sua origem era uma cidade com um único pólo agregador.

Carolina Ferreira (2007) defende que, tradicionalmente, o território urbano da cidade de Coimbra agregava ao redor de um espaço onde estavam concentradas as funções urbanas, políticas e religiosas. Esse centro era na parte alta da cidade, onde se encontrava o castelo de Coimbra e a Sé.

Com o evoluir da sociedade, a localização espacial de Coimbra foi crescendo, ocupando uma área maior. Enquanto na era medieval e moderna, por muito que a cidade crescesse, o centro continuava a abranger a alta e a baixa da cidade. A partir do século XX, com a disseminação dos automóveis, a cidade adotou um cariz multinuclear, ou seja, as funções urbanas e políticas de Coimbra deixaram de se concentrar num espaço, criando novos centros ou núcleos na urbe.

Deste modo, é necessário compreender a evolução nuclear da cidade. Coimbra nasceu no alto do morro na margem direita do Rio Mondego, sob o nome *Aeminium*. A sua localização espacial é justificada pela acessibilidade, visto que era o local de melhor travessia do Rio Mondego e estava inserido numa rede viária de comunicação terrestre romana. Este fator proporcionou o crescimento do povoado, sendo procurado por clérigos e comerciantes para exercerem os seus ofícios num meio mais populoso e relacional – no caso dos clérigos para exercer a função de assistência aos peregrinos que passavam e no caso dos comerciantes para gerar uma maior riqueza e escoamento dos seus produtos.

No século XVI, D. Manuel promoveu a reestruturação urbana da cidade de forma a que Coimbra se tornou numa das principais cidades do centro do país (FERREIRA:2007). D. Manuel fomentou uma nova ordenação territorial da cidade e procurou modernizá-la através de grandes obras nas infraestruturas. D. Manuel promoveu então uma renovação e requalificação urbana, realizou melhoramentos dos pavimentos e ruas e redefiniu a zona da baixa da cidade.

Mais tarde, D. João III continuou a transformação de Coimbra, executando grandes obras que permitiriam alojar a universidade na cidade. Assim, D. João III apoiou a reestruturação do Mosteiro de Santa Cruz de forma a alterar o sistema público de ensino que, como Carolina Ferreira (2007) relata, se encontrava restringido

à universidade em Lisboa. Assim, o Rei criou um projeto que visava dois níveis de ensino. O primeiro era destinado ao ensino pré-universitário e às escolas menores. Este ramo integrava a remodelação do Mosteiro de Santa Cruz e a abertura da Rua da Sofia para a fundação dos Colégios Religiosos Universitários, que alojariam e preparariam os estudantes para o ensino universitário. O segundo nível visava o ensino universitário propriamente dito. Com este objetivo, D. João III procurou um terreno onde pudesse alojar os Colégios Laicos onde se faria o ensino universitário (BABO:2015d).

No entanto, os terrenos preparados para o efeito acabaram por ser utilizados pelas ordens religiosas para os seus colégios, continuando a Universidade a precisar de um espaço para ser instalada, como relata Jorge Alarcão, professor aposentado de história da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (BABO:2015d). Assim, D. João III instalou provisoriamente a universidade no Paço Real, até que a instalação do Estudo Geral naquele local se tornou definitiva (ROSSA:2001). O desenho urbanístico ao redor do Paço Real foi reformulado e adaptado à fundação e construção dos diversos Colégios Religiosos Universitários. Como é exemplo a apropriação de uma parte da Rua Entre-Colégios para a construção do edifício do Colégio da Santíssima Trindade.

Assim, a instalação da Universidade na Alta da cidade veio consolidar a importância da zona como núcleo de Coimbra. A presença da Universidade e dos estudantes levou a que o comércio e os clérigos se quisessem aproximar mais para aumentar o número de clientes e fiéis. A proximidade à universidade trazia muitas vantagens, tornando-a assim no principal núcleo da cidade. É então evidente, segundo Walter Rossa (2001), que a fixação da universidade em Coimbra consolidou o desenho urbanístico da cidade, concentrando as principais funções na parte alta da cidade.

Por sua vez, a abertura da Rua da Sofia trouxe um novo rumo territorial (FERREIRA:2007). Abriu um novo eixo programático permitindo um crescimento para Norte. O seu cariz vocacional para a educação não foi concretizado como planeado por D. João III, mas a abertura da rua permitiu que a cidade viesse a crescer mais para lá do morro da universidade, consolidando a baixa da cidade como zona urbana e povoada de Coimbra.

A Reforma Pombalina, no século XVIII, trouxe novas intervenções urbanas a Coimbra. O Marquês de Pombal encetou a construção de novos edifícios, abriu

avenidas, e melhorou os acessos à alta da cidade. A extinção das ordens religiosas no século XIX disponibilizou ainda extensões de território que anteriormente estavam incluídas nas cercas conventuais, passíveis de serem urbanizados. A possibilidade de construir do zero fomentou diversas ações de planeamento urbano e a nova classe burguesa mostrou-se empenhada no empreendimento de estruturas e espaços com melhor qualidade, com novos valores higienistas (FERREIRA:2007). Nesta época começaram as primeiras preocupações relacionadas com as redes de abastecimento de água e saneamento. Tentava-se combater o estado degradado e pouco higiénico das construções medievais.

No século XIX, é construída a Avenida Sá da Bandeira, à imagem das avenidas parisienses, de forma a ligar a baixa e a alta da cidade, englobando bairros periféricos como a Conchada e Celas. É ainda construído o Mercado D. Pedro V, na Avenida Sá da Bandeira, criando novas dinâmicas comerciais nesta nova zona urbana. Esta ação urbanística trouxe elementos de extrema importância para Coimbra, como redes de saneamento, abastecimento e iluminação públicas. Com esta estruturação, o cenário urbano alterou-se dando espaço a novas relações espaciais dentro da cidade. A Avenida Sá da Bandeira lançou assim “as bases das novas formas de conexão espacial da cidade” (FERREIRA, 2007:20), ligando o Bairro de Montarroio, o Bairro dos Montes Claros, Celas, a Rua da Sofia e a Praça da República (à época, a Praça D. Luís). O aumento da população apressou também o processo de expansão urbana, exigindo a criação de mais habitações.

Em meados do século XX, o regime salazarista implementou uma nova reforma urbanística. Salazar promoveu então a remodelação do modelo urbano universitário, demolindo a maioria do edificado existente no monte onde se encontrava a Universidade de Coimbra, de forma a construir novos edifícios de cariz monumental e reto, usando “tipologias e unifamiliares e estruturas viárias hierarquizadas” (FERREIRA, 2007:20), terminando com os pequenos negócios e comércio existentes naquele espaço urbano.

A intervenção de António de Oliveira Salazar levou assim a expropriações e realojamentos dos habitantes da alta, alterando consequentemente até aos dias de hoje as funções daquele espaço. O comércio e habitação que faziam da alta da cidade um espaço nuclear foram deslocadas para bairros mais periféricos, fazendo a cidade crescer em diferentes direções e criando novos núcleos e centros urbanos (FERREIRA:2007). Assim, é construído em Coimbra o Bairro Norton de Matos de

forma a alojar a população mais necessitada e cujas habitações haviam sido arrasadas para a construção da Cidade Universitária, assinalando uma nova centralidade urbana e estendendo a cidade numa nova direção.

Ou seja, ao longo da idade medieval, as ordens religiosas e a Universidade de Coimbra tiveram um papel estruturante e unificador da cidade de Coimbra. Novos bairros proliferavam e habitações periféricas eram criados, mas tudo em torno do núcleo central da alta. A partir de finais do século XX, com a construção dos pólos II e III da Universidade de Coimbra e com a deslocação do comércio para outros bairros mais periféricos, a Alta Universitária deixou de representar o principal núcleo da cidade.

A expansão de Coimbra foi então direcionada em três zonas: a nordeste de Celas; a Sudeste do Bairro Norton de Matos; e Solum. É então desenhada uma faixa viária de forma a consolidar os novos núcleos urbanos e contribuindo para o crescimento, diversificação e polarização do conjunto urbano da cidade de Coimbra. Segundo Carolina Ferreira (2007), esta lógica de zoneamentos e Planeamento Funcionalista procurou satisfazer novas necessidades funcionais urbanas e, com a introdução do automóvel individual, o território começou a ser pensado e estruturado em função das redes rodoviárias de forma a fomentar uma circulação mais rápida e fluida.

A autora defende ainda que estas intervenções mais recentes no espaço urbano da cidade trouxeram novas mobilidades e particularidades à cidade de Coimbra. O Pólo II, planeado por Camilo Cortesão, veio ocupar uma parte da área do antigo Pinhal de Marrocos, de modo a alojar o ensino relacionado com as ciências e a tecnologias. Segundo Ferreira (2007), esta construção trouxe um programa de dinamização e estruturação do crescimento urbano à beira rio, complementando o novo urbanismo com a promoção de novas centralidades funcionais – como habitações e comércio (a título de exemplo, encontramos a Quinta da Portela e o Centro Comercial Coimbra Shopping). Por sua vez, o Pólo III foi planeado por Gonçalo Byrne e, à semelhança do Pólo II, também ele promovido pela Universidade de Coimbra numa data mais recente. Este Pólo foi construído a Norte do Bairro de Celas, entre as circulares urbanas, gerando também mais habitações e comércio formando um novo núcleo agregador na cidade de Coimbra. As infraestruturas viárias e a edificação de Pólos Universitários fora do centro histórico ajudaram assim à dispersão da cidade até à periferia urbana, diluindo os limites fronteiros dos núcleos

de Coimbra.

Assim, a cidade de Coimbra encontra-se atualmente dividida em múltiplos núcleos, potenciados pela sua vocação universitária. A instituição universitária tem vindo ao longo dos séculos a promover dinâmicas urbanas, económicas, sociais e culturais, exponenciando o crescimento da urbe. Deste modo, compreendemos que o Colégio da Trindade se encontra no mais antigo núcleo da cidade – o centro histórico – num local de privilegiado acesso ao Paço Real e, posteriormente, ao Pátio das Escolas.

Na época contemporânea, a Alta Universitária continua a ser de grande importância urbanística. O centro histórico, a cultura e o turismo são fortes apostas, trazendo milhares de turistas por ano a visitar a alta da cidade. Fora a vocação turística, é neste local que encontramos as áreas humanísticas e das letras da Universidade de Coimbra. Três das sete faculdades estão instaladas na alta da cidade, e alguns departamentos de outras faculdades também possuem edifícios nesta zona urbana, revelando assim que a alta da cidade ainda possui um cariz universitário muito forte.

Contudo, devido às construções habitacionais modernas e com melhores materiais nos bairros periféricos da cidade, as habitações do centro histórico foram deixadas vulneráveis à degradação e às alterações climatéricas e meteorológicas. Estes fatores têm levado a uma destruição mais rápida e danosa dos edifícios mais antigos (AZEVEDO:2011). De forma a salvaguardar os elementos de valor cultural e patrimonial presentes nestes edifícios, é necessário realizar ações de requalificação e reabilitação nas construções presentes no centro histórico da alta e da baixa da cidade. Para além do valor cultural e patrimonial destes edifícios que deve ser preservado, é necessário recuperar estes edifícios por questões de segurança, visto muitos deles se encontrarem em estado de ruína (AZEVEDO:2011).

Assim, é possível compreender que o Colégio da Santíssima Trindade está localizado num perímetro urbano nuclear de Coimbra. Milhares de pessoas observam e passam rente ao edifício todos os anos. O estado de ruína em que este se encontrava, num lugar tão emblemático da cidade, não só se tornava inestético como potencialmente perigoso para os transeuntes (de relembrar que a fevereiro de 1988 já havia derrocado uma das paredes do edifício, felizmente não provocando danos humanos).

A Universidade de Coimbra tem então levado a cabo uma obra de recuperação

urbana da Alta Universitária, na qual está incluído o Colégio da Trindade. Deste modo, é importante salientar que a reabilitação e requalificação dos espaços mais degradados e nucleares da cidade é necessária de forma a revitalizar estas áreas e a torná-las mais seguras (FORTUNA *et al*:2005).

Deste modo, compreendemos que o local onde se encontra atualmente o Colégio da Trindade sofreu muitas alterações ao nível do desenho urbanístico. Desde o traçado de D. Manuel e D. João III para a instalação do Estudo Geral, em Coimbra, às demolições dos edifícios da Alta durante o Regime Salazarista, passando pelas reestruturações urbanas da Reforma Pombalina. Apesar de todas as demolições, reorganizações e obras de emergência levadas a cabo na Alta Universitária e no edifício, o Colégio da Santíssima Trindade manteve-se derrelicto e no mesmo local, à espera de um plano que abrangesse a sua recuperação.

ATUAL REABILITAÇÃO, PLANOS PARA O FUTURO

A 1 de fevereiro de 1988, a parede sul do Colégio da Santíssima Trindade ruiu, destruindo a *loggia* renascentista, diversos bens materiais presentes no edifício bloqueando a Rua da Couraça de Lisboa. Felizmente, os danos foram apenas materiais. O desmoronamento chamou a atenção de diversas instituições públicas da cidade que se reuniram e decidiram que o Colégio da Trindade era responsabilidade da Universidade de Coimbra (BABO:2015b).

Seabra Santos (2015b) conta então que, em 1998, ano em que integrou a reitoria da universidade, o edifício se encontrava em ruína parcial e com uma sobreutilização em toda a extensão do edifício. Havia sido levantadas divisórias externas que refletiam a evolução da utilização precária desde a extinção das Ordens Religiosas, com a estrutura original das paredes e do telhado muito degradada e com uma parede que havia ruído uns anos antes. Para além dos problemas estruturais de degradação e destruição, o antigo reitor (2015b) revela ainda que, à data em que assumiu os trabalhos relacionados com o Colégio da Santíssima Trindade, ainda vivia cerca de uma dezena de pessoas no edifício que era necessário realojar e indemnizar, e que a entidade responsável pelo património tinha emitido um parecer desfavorável ao projeto de arquitetura de Simões Dias para a recuperação do edifício, sendo necessário realizar um novo concurso para escolher um novo projeto de reabilitação.

Deste modo, Fernando Seabra Santos relata que a primeira fase do processo de recuperação do Colégio da Trindade terminou com o realojamento dessa última dezena de pessoas, com o encerramento da taberna “O Pratas” e com o lançamento de um concurso público para a elaboração do novo projeto, desta vez ganho pelo arquiteto Manuel Aires Mateus.

Manuel Aires Mateus (2015), o arquiteto responsável pela recuperação do Colégio da Santíssima Trindade, revela então que no projeto de arquitetura apresentado pretende-se a recuperação da igreja para auditório, o claustro funcionará como “generoso vestíbulo para as áreas de encontro” (MATEUS, 2015:29) e os gabinetes de trabalho iram ocupar as antigas alas residenciais. Aires Mateus refere ainda que o estado de decadência do edifício “teve a virtude de evidenciar os elementos primários da construção” (MATEUS, 2015:29), permitindo então proceder a uma restauração muito mais fiel da estrutura original do piso base, e de uma recuperação muito próxima dos elementos que perduraram nos pisos superiores.

No entanto, antes de se dar início às obras de reabilitação, Seabra Santos explicou que, para se intervir numa zona histórica da cidade, se deve fazer um apanhado da arqueologia do espaço. Assim, foram efetuados dois levantamentos arqueológicos do edifício do Colégio da Trindade, de modo a assegurar a preservação do património.

Relativamente aos levantamentos arqueológicos, Sónia Filipe (BABO:2015g) relata que foi possível recolher logo desde a primeira intervenção (2002) um vasto conjunto de informações que permitiu a elaboração de um “bilhete de identidade” do espaço - quer em relação às transformações ocorridas no terreno antes da construção do Colégio da Santíssima Trindade no século XVI, quer nas transformações operadas pela construção do edifício naquele local.

Assim, a arqueóloga da reitoria revela que entre os vestígios foi identificado um compartimento romano escavado na rocha com as paredes ainda revestidas com frescos e pinturas. Foram também encontradas evidências de algumas casas medievais e da continuação da rua Entre Colégios compradas de forma a construir o edifício como o conhecemos nos dias de hoje. Existe ainda um vasto levantamento de ossadas encontradas no pátio e em lugares de maior destaque do edifício (como ossadas de reitores do Colégio da Trindade). E, por fim, Sónia Filipe (BABO:2015g) conta que o restante espólio, que inclui elementos arquitetónicos pétreos, vítreos, de cerâmica e algumas moedas antigas, serão estudados e tratados de forma a que, após a obra, possam ser expostos ao público – apesar de ainda não existirem planos em concreto para esta exposição (BABO:2015c;2015g).

O antigo reitor conta que, em 2008-2009, terminados todos os processos de realojamentos, concurso de projeto de arquitetura e levantamentos arqueológicos, o edifício estava num estado de “extrema debilidade estrutural” sendo então necessária uma empreitada de emergência para a estabilização das paredes e das fundações e para a construção de uma estrutura metálica que sustentasse o edifício (2015b).

Fernando Seabra Santos relata então que em 2009 é assinado um contrato-programa com o primeiro-ministro de então, José Sócrates, e Mariano Gago, na altura ministro do Ensino Superior e da Investigação. Esse contrato-programa tinha como objetivo a requalificação e construção de alguns edifícios da Alta Universitária, com vista já à classificação da Universidade de Coimbra como Património da Humanidade e, com esse documento, ficou garantido financiamento para a reconstrução do Colégio da Trindade (BABO:2015b). Este orçamento permitiu então as obras de consolidação

estrutural, assim como o lançamento do segundo concurso que permitiria a conclusão do edifício.

Ainda em 2010, o antigo reitor refere que a capela terá sido alvo de uma obra de reconstrução onde se repuseram as cantarias da capela, aproveitando algumas das originais que haviam sobrevivido à derrocada de 1988, e substituindo as que eram impossíveis de recuperar, contribuindo para a crença de Seabra Santos de que se tratou de uma “intervenção particularmente interessante, difícil, desafiadora e, se calhar, particularmente demorada” (BABO, 2015b:3-4).

O antigo reitor da Universidade de Coimbra recorda o projeto do Colégio da Santíssima Trindade como o mais complexo em que participou (BABO:2015b). Este facto deveu-se a ser um edifício antigo, com muitas debilidades estruturais que “envolveu a confluência de um conjunto grande de especialistas e um conjunto grande de iniciativas e objetivos” (BABO, 2015b:3); à necessidade de realojar e indemnizar os antigos ocupantes do espaço; aos vários projetos de arquitetura elaborados – devido ao chumbo de alguns e, por isso, à necessidade de os reformular; às campanhas arqueológicas realizadas que revelaram importantes achados; até à empreitada final que está a decorrer nos dias de hoje (BABO:2015b).

A empreitada final pretende então a adaptação do Colégio da Santíssima Trindade às funções de Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, acolhendo o Instituto Jurídico da mesma. Contudo, o projeto inicial pretendia uma oferta de investigação multidisciplinar através do Tribunal Universitário Judicial Europeu (TUJE), a cargo do professor Gomes Canotilho. Fernando Seabra Santos refere que o projeto consistia num Colégio Europeu que iria estudar questões relacionadas com o funcionamento dos tribunais europeus e questões relacionadas com a Europa e com a jurisprudência (BABO:2015b). Para além destas vertentes, o reitor da Universidade de Coimbra, João Gabriel Silva, relata que funcionaria no edifício um tribunal experimental que respeitaria as regras de constituição de um tribunal, privilegiando uma relação especial com os alunos e professores da UC (BABO:2015c). Este projeto acabou por ser modificado.

Atualmente, o plano para a Casa da Jurisprudência e Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a ser instalado no edifício do Colégio da Santíssima Trindade, pretende “alargar a investigação na área do direito” (BABO:2015c). Ou seja, João Gabriel Silva esclarece que no edifício será instalado

uns instituto de investigação vocacionado principalmente para o direito e gerido pela Faculdade de Direito.

Rui Moura Ramos, atual presidente do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da UC, revela que o projeto estratégico do instituto se centra no lema “Desafios Sociais, incerteza e Direito”. Assim, o professor explica que a investigação se irá repartir em sete grupos: o Direito e o Tempo; Vulnerabilidade e Direito; Risco, Transparência e Litigiosidade; Contrato e Desenvolvimento Social; as PME: Promoção da Inovação, Crescimento e Competitividade; Crise, Sustentabilidade e Cidadanias; e Globalização, Economia e Direito (RAMOS:2015). Estes grupos irão aglutinar-se à volta de três linhas temáticas principais – Pessoa e Direito; Direito, Risco e Sociedade Técnica; e Transformação do Estado e Globalização.

Deste modo, Moura Ramos esclarece os objetivos de investigação do Instituto Jurídico a ser instalado no edifício do Colégio da Santíssima Trindade, concluindo que este colégio “partilha com o Instituto Jurídico a condição de instituição que, sem esquecer o passado, se quer decisivamente voltada para a construção do futuro” (RAMOS, 2015:30).

O reitor João Gabriel Silva explana, por fim, que a previsão de término da obra aponta para o final de 2015, e que durante o primeiro semestre de 2016 se possa iniciar a utilização plena do edifício (BABO:2015c).

Assim se sintetizam os vários e complexos processos que este Colégio conheceu nas últimas décadas para que a sua recuperação fosse possível. Foi necessário proceder a diversas fases, tais como o realojamento dos habitantes e as escavações arqueológicas do espaço, sem esquecer as obras de estabilização e a reformulação de projetos de forma a respeitarem o património cultural presente no edifício. O Colégio da Trindade passou pelas mãos de três reitores diferentes que trabalharam para que este conhecesse uma nova vida, vontade que se espera que seja concretizada a partir de 2016.

JUSTIFICAÇÃO DO TEMA: A IMPORTÂNCIA DO EDIFÍCIO E MOTIVAÇÃO DA AUTORA

Desde a sua criação, em 871, que Coimbra tem sido uma cidade importante para o desenvolvimento de Portugal. Essa importância começou com o facto de se localizar no ponto de travessia mais fácil do Rio Mondego, tornando-se numa cidade de passagem obrigatória nas viagens entre o Norte e Sul do país.

Com a instalação definitiva da Universidade em Coimbra, em 1537, a cidade transforma-se no pólo intelectual que impulsionou diversas revoluções em Portugal.

Em 2013, a importância da Universidade e de Coimbra é reforçada através da elevação a Património da Humanidade da UNESCO. Neste projeto vinha incluído o Colégio da Santíssima Trindade, que se encontrava num agravado estado de ruína há vários anos.

Uma vez que o edifício possui uma longa história de parceria direta com a Universidade, e se encontra bem localizado, lateral ao Pátio das Escolas, o seu abandono era injustificado. Deste modo, optou-se por contar a história do Colégio da Trindade.

Sobre as motivações pessoais da autora, estas prendem-se com o facto de as ligações familiares serem originárias desta cidade, tendo muitos elementos passado pela Universidade de Coimbra. O foco inicial do projeto passava por um trabalho que alertasse para o abandono e degradação sistemática de edifícios e casas na Baixinha e Alta de Coimbra, zonas de grande afluência turística.

Devido ao carácter megalómano da ideia inicial, o foco foi transferido para um edifício em particular que se encontrava num avançado estado de ruína e com planos para ser reabilitado. Esse mesmo edifício encontra-se, como foi amplamente justificado, num lugar de grande destaque para a comunidade universitária e para o turismo da cidade – o Colégio da Santíssima Trindade.

A escolha do formato vídeo para a concretização do projeto prende-se com a ilustração de um tema complexo e rico com imagens variadas que mostrem o valor patrimonial e arquitetónico do edifício.

Ao longo da pré-produção e produção do documentário foram encontradas diversas dificuldades, nomeadamente, humanas. Muitas pessoas ligadas ao Colégio da Santíssima Trindade mostraram-se indisponíveis para falar sobre o mesmo – algumas por motivos de doença, outras desconhece-se a justificação. No entanto, esta

relutância em falar sobre um edifício localizado num local tão emblemático apenas tem gerado mais energia para “dar voz” a um edifício que tem sido menosprezado ao longo dos séculos.

Assim, a ligação afetiva da autora com a cidade impulsionou a vontade inicial de alertar para uma cidade com muitos edifícios ao abandono, tendo escolhido por fim uma viagem de descoberta através das diversas funções e faces de um Colégio em particular que conheceu o desamparo e a renúncia. Tudo isto a motivou a querer dar a conhecer a história e as estórias de um edifício tão misterioso e emblemático da Alta Universitária de Coimbra.

No entanto, esta intenção inicial também encontrou algumas dificuldades. Talvez por se tratar de um colégio de menores dimensões quando comparado com o Colégio de Jesus ou o Colégio das Artes, os estudiosos da História não têm valorizado os estudos relativos ao Colégio da Trindade. Uma vez que as poucas pessoas com estudos relacionados com este edifício não estavam disponíveis para falar sobre o seu passado, o foco do projeto passou a incidir sobre o futuro que a Universidade de Coimbra reserva para o mesmo.

Obviamente que o passado é importante para se perceber como se chegou ao momento presente, mas o que agora importa saber é o que será feito de um edifício com tanta história e tanto por contar, como será aproveitado e utilizado e qual será o destino das relíquias encontradas no Colégio da Trindade aquando dos levantamentos arqueológicos lá efetuados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o decorrer do trabalho de investigação sobre o Colégio da Santíssima Trindade, ficamos a conhecer as diferentes faces deste edifício.

Através desta memória descritiva e do documentário realizado, procura-se transmitir uma parte das estórias que se foram conhecendo ao longo dos meses. Este trabalho final do 2.º ciclo em Comunicação e Jornalismo pretendeu mostrar a importância que a proximidade ao terreiro da Universidade de Coimbra teve ao nível urbano e para os clérigos desta ordem.

Pretendeu elucidar sobre a importância que teve para a formação e crescimento de diferentes instituições que passaram pelo Colégio da Santíssima Trindade – instituições como o Colégio Rainha Santa Isabel, a Escola Secundária Avelar Brotero, a Associação Académica de Coimbra, diversos grupos de teatro, entre outros.

Pretendeu revelar os diversos projetos para o edifício que foram planeados e abandonados ao longo dos séculos.

E, por fim, pretende desvendar o que será o futuro do Colégio da Trindade, clarificar de que forma a sua preservação está a decorrer e como vai a Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito da UC manter o legado histórico que lhe é deixado ao cuidado.

Este projeto permitiu à autora conhecer a fundo um edifício esquecido por muitos e, desta forma, a autora criou um carinho especial em relação ao Colégio da Trindade, à sua preservação e à sua história. E foi esta ligação afetiva ao edifício que permitiu que, apesar dos entraves que surgiram ao longo dos meses, a autora não desistiu de levar este trabalho adiante.

Cronologia

27 A.C. a 14 D.C. - (Tempo de Augusto) Aeminium é elevada a Civitas.

1207 – D. Sancho I concede a primeira casa em Portugal à Ordem da SS. Trindade.

1290 (1 de março) – Data da assinatura do Diploma *Scientiae thesaurus mirabilis* por D. Dinis para a criação do Estudo Geral Português em Coimbra.

1290 (9 de agosto) – Confirmação pela bula papal “De statu regni Portugaliae” de Nicolau IV com as Faculdades de Artes, Direito Canónico (Cânones), Direito Civil (Leis) e Medicina.

A Universidade começa a funcionar em Lisboa.

1308 – Regresso dos Estudos Gerais a Coimbra.

1338 – Os Estudos Gerais voltam a Lisboa.

1354 – Retorno dos Estudos Gerais a Coimbra.

1377 – Os Estudos Gerais voltam a Lisboa pela última vez.

1525 – Retorno de Frei Brás de Barros da estada em Paris e Lovaina.

Começo da construção do Colégio de São Pedro.

1535 (17 de abril) – Carta de D. João III a Frei Brás de Barros contendo a primeira referencia da intenção da abertura da Rua da Sofia.

1536 (setembro) – Inicia-se a permuta de terrenos para se começar a rasgar a Rua da Sofia.

1537 (1 de março) – Data oficial da transferência da Universidade Portuguesa – Estudos Gerais – de Lisboa para Coimbra.

1537 (24 de setembro) – Carta de D. João III a Frei Brás onde é vincada publicamente a intenção de transferir a Universidade para o Paço Real, na Alta.

1544 – Decreto de D. João III que ordena a transferência da Universidade para o Paço Real da Alcáçova, na Alta.

1544 (22 de outubro) – Data do alvará que determina a transferência dos lentes de Teologia, Medicina, Artes e Latinidade para o Paço Real.

1545 – Início do Concílio de Trento.

Começo da reforma interna da Ordem SS Trindade em Portugal pelos Monges Jerónimos António Moniz de Lisboa e Frei Brás de Barros.

1548 (22 de fevereiro) – Abertura oficial do Colégio das Artes.

1552 – Fundação do Colégio da Santíssima Trindade num edifício, propriedade de D. Vetaça, junto à Sé Velha.

1553 – Continuação da reforma da Ordem SS. Trindade, agora pelo Frei Salvador de Melo da Ordem de Cristo.

1555 – Frei Roque do Espírito Santo procura, a mando da Rainha D. Catarina, terrenos junto do Paço Real para a fundação regular do Colégio.

1557 – Morte de D. João III, regência de D. Catarina até à tomada de posse por D. Sebastião.

1561 – Culminar da reforma interna da Ordem da Santíssima Trindade após uma grande depressão – depressão que também se sentiu em Portugal

1562 – Início da construção do Colégio da Santíssima Trindade no atual sítio.

1563 – Fim do Concílio de Trento.

1565 – Entrega do Colégio das Artes ao Tribunal do Santo Ofício.

1566 – Aprovação dos novos estatutos da Ordem da SS. Trindade pelo Papa Pio V.

1572 (5 de janeiro) – Escritura de doação perpétua por Gonçalo Leitão e esposa dos quintais defronte do colégio, para que nunca neles se construa e obstrua a vista do Colégio.

1575 (11 de janeiro) – Alvará que concede a rua que separa o edifício do Colégio em duas partes distintas em troca de, durante as obras do mesmo, se alargar a Travessa da Trindade e não ultrapassar as cotas do pátio do Paço da Universidade.

1576 – Ano de que datam as primeiras cartas de privilégio tratando os oficiais do Colégio como o pessoal pertencente à Universidade.

1578 – Desaparecimento de D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir.

1580 – Início do domínio Filipino em Portugal.

1587 (2 de novembro) – Cerimónia da colocação das primeiras pedras da Igreja do Colégio da Santíssima Trindade, com a presença do Reitor da Universidade (Dom Fernando Martins Mascarenhas), o Provincial e Comissário Frei Roque do Espírito Santo, o Reitor do Colégio Padre Frei António dos Anjos, e o Padre Frei Sebastião Álvares, visitador do Colégio.

1597 – Aquisição do Paço Real da Alcáçova a D. Filipe I – muda a partir de então para Paço das Escolas.

1626 – Carta de sentença que autoriza a continuação nas obras do Colégio.

1627 – A Câmara concede uma licença autorizando a construção de um arco de pedraria e um passadiço de acesso, a partir do edifício da SS. Trindade, ao pátio da Universidade.

1630 – Os colegiais requerem autorização para a construção de um alpendre no portal da Igreja. (Autorização é concedida a 7 de dezembro do mesmo ano)

1640 – Restauração da Independência.

1696 – O culto religioso quotidiano da Universidade realiza-se na igreja do Colégio durante o ano letivo de 1696/97 devido a obras na Capela Real de São Miguel.

1738 – Abertura de uma janela numa das fachadas exteriores do corpo do dormitório.

1755 (1 de novembro) – Grande terramoto abalou o país (conhecido Terramoto de Lisboa).

1772 – Reforma Pombalina de Coimbra.

1789-94 – Elaboração obra *História Chronologica da Esclarecida Ordem da Santíssima Trindade de Frei Jerónimo de São José*.

1807 – Início da Guerra Peninsular.

1809 – O Colégio da Santíssima Trindade funciona provisoriamente como quartel general das tropas inglesas, aquando da Segunda Invasão.

1814 – Fim da Guerra Peninsular.

1828 – Início da Guerra Civil em Portugal.

(29 de fevereiro) Instalam-se no Colégio da SS. Trindade soldados de um destacamento militar.

1834 – Extinção das Ordens Religiosas, o Colégio da SS. Trindade passa a ser propriedade da Fazenda Pública.

Instauração do Liberalismo em Portugal.

1835 – Funcionamento de uma Loja Maçónica no Colégio.

1845 - A parte conventual do Colégio da SS. Trindade (igreja e claustro) é entregue à Câmara de Coimbra, que lá instala o Tribunal Judicial da Comarca.

1849 (14 de maio) – A parte residencial do Colégio da SS. Trindade é vendida em hasta pública ao professor do Liceu de Coimbra, Padre Manuel Simões Dias Cardoso.

1852-53 – Funcionamento de outra Loja Maçónica no Colégio.

1870 – Extinção do Tribunal Judicial da Comarca.

1882 – Formação da Sociedade de Teatro da Trindade, com registos de ter funcionado no claustro do edifício pelo menos até 1885.

1884 – A Escola de Desenho Industrial Brotero instala-se na Igreja do Colégio da Santíssima Trindade.

1889 – O grupo de amadores dramáticos Sociedade União Artística Conimbricense é fundado neste ano na igreja do Colégio da Trindade.

A Associação Académica de Coimbra ocupa o Colégio após a demolição do Teatro Académico (Colégio de São Paulo), na Rua Larga. A Associação Académica ocupa o edifício até 1906.

1894 - O grupo de teatro amador Sociedade Dramática é fundado e instala-se na igreja do Colégio da SS Trindade.

Fundação do grupo amador de teatro Sociedade de Recreio Artístico, no claustro do Colégio da Trindade.

1895 (12 de junho) – O restante colégio é vendido em hasta pública ao Arcediago José Simões Dias.

- A parte conventual do Colégio (igreja e claustro) é transformada numa marcenaria e loja de móveis, funciona até data incerta.

1910 (20 de outubro) – Rua da Trindade passa a denominar-se Rua José Falcão.

1926 – Abre o Bar dos Direitos no Colégio da Trindade.

1928 – Estabeleceu-se o ensino secundário no edifício da SS. Trindade, sob direção de D. Octávia Neves, do Centro Académico da Democracia Cristã.

1930 – o ensino secundário do Colégio passou a ser dirigido pelas Irmãs da Congregação de São José de Cluny.

1938 – Abre uma nova marcenaria na parte conventual do Colégio.

1941 (1 de janeiro) - O Padre Américo de Aguiar funda o Lar do Ex-Pupilo dos Reformatórios do País no andar nobre do edifício da Trindade, entregue então aos serviços Tutelares de Menores em 1950.

1941 (4 de junho) – Inauguração do novo edifício do Colégio Rainha Santa Isabel, a congregação deixa o Colégio da SS. Trindade.

1943 - O arquiteto do regime, Cottinelli Telmo, planeia a reutilização do Convento da Trindade para uma residência de estudantes feminina. O projeto foi abandonado.

1947 – O Semi-Internato da Tutoria da Infância de Coimbra funciona no andar nobre do Colégio da Trindade.

1948 – Início da renovação da Alta Universitária.

A primeira comissão de obras planeia desafogar e conservar o Colégio da Trindade de forma a anexa-lo à antiga Faculdade de Letras.

Neste ano ainda existia uma marcenaria e loja de móveis no Colégio da Trindade, pertencente a um dono diferente das duas anteriores.

1954 – A Associação Académica de Coimbra promove um debate onde se propõe a demolição de casas na Rua da Matemática, na área que circunda o Salão da Trindade e no alto da Couraça de Lisboa para a construção de residências para os estudantes.

1958 – Projeto de João Filipe Vaz Martins para demolição do Convento da Trindade para se construir no local a Escola Superior de Farmácia no Colégio da Santíssima Trindade.

1965 (30 de junho) – Projeto de Cristino da Silva para a construção do edifício para a Escola Superior de Farmácia na Couraça de Lisboa e fazer o Colégio da Trindade a continuação do terreiro da Universidade. O projeto foi também abandonado.

1968 – Novo plano para transformação do edifício do Colégio da SS. Trindade para uma residência estudantil.

A aquisição do Colégio pela Universidade é ponderada, mas não chega a acontecer.

1988 (1 de fevereiro) – Derrocada da parte Sul, virada para a Couraça de Lisboa, do Colégio da Trindade.

2001 (13 de fevereiro) – Lançamento do concurso para o projeto de reabilitação do Colégio da Trindade para Colégio Europeu da Universidade de Coimbra.

2001 – Encerramento da taberna O Pratas.

2002 – Término do realojamento dos moradores do Edifício da Trindade para o Bairro de Celas.

2004 – Pedido de Licenciamento à Câmara Municipal de Coimbra para aprovação do projeto do TUJE.

2007 (e 2008) – Trabalhos arqueológicos decorrem no Colégio para dar início à requalificação e reabilitação do edifício.

2009 – Reunião ordinária da Câmara Municipal de Coimbra para ratificar uma deliberação que ordena a execução de obras com caráter de urgência, sem adição do IGESPAR e da UC devido ao risco eminente de desmoronamento.

2012 (17 de janeiro) – Trabalho de inventariação de toda a documentação da extinta livraria do Colégio por Ludovina Cartaxo Capelo.

Candidatura da Universidade, Alta e Sofia a Património Mundial da UNESCO.

2014 (setembro) – Início das obras de requalificação e reabilitação do Colégio da Santíssima Trindade para Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Bibliografia

Fontes Impressas

CAPELO, Ludovina Cartaxo (2012). “Colégio da Santíssima Trindade de Coimbra”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Vol. 25. Coimbra: Universidade de Coimbra.

CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, António Nogueira (1947). *Inventário Artístico de Portugal*, Vol. II Cidade de Coimbra. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

DIAS, Pedro (1995). *Coimbra, Arte e História*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra.

FERREIRA, Carolina Conceição (2007). *Coimbra aos pedaços: uma abordagem ao espaço urbano da cidade*. Prova final do curso de Arquitetura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

FIGUEIREDO, António C. D. de (1996). *Coimbra Antiga e Moderna*. Edições Almedina.

FORTUNA, Carlos; PEIXOTO, Paulo; GOMES, Carina Sousa (2005). "Processo de recuperação e renovação urbana e social da Baixa de Coimbra", *Construção Magazine*, 13, pp. 4-12.

GONÇALVES, António Nogueira (1982). “Os Colégios Universitários de Coimbra e o Desenvolvimento da Arte”, in *Actas do Simpósio Internacional do Instituto da História de Arte*. Coimbra 28 de novembro a 1 de dezembro de 1980. Coimbra: Epartur.

HAMPE, Barry (2007). *Making Documentary Films and Videos: A Practical Guide to Planning, Filming, and Editing Documentaries*. Henry Holt and Company.

LOBO, Rui (1999). *O Colégio da Trindade: Estudo do Edifício e Levantamento da Situação Actual*. Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra. Coimbra.

LOUREIRO, José Pinto (1964) a. *O Teatro em Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.

LOUREIRO, José Pinto (1964) b. *Toponímia de Coimbra*. Volume II. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.

NOGUEIRA, Isabel; MAGALHÃES, Raquel R. (2009). *Coimbra na Época Moderna, a Universidade e a sua História*. Coimbra: Europress.

PENAFRIA, Manuela (1999). *O Filme Documentário: História, Identidade e Tecnologia*. Lisboa: Edições Cosmos.

ROSMANINHO, Nuno (2006). *O Poder da Arte: O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SILVA, António Martins da (1993). “A extinção das ordens religiosas, a dispersão do património artístico e o destino dos colégios universitários de Coimbra”, *A Universidade e a Arte: Actas do Colóquio*. Coimbra setembro de 1993. Coimbra: Instituto de História de Arte.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (2011). “Livro 5: Planos Diretores”, *Dossiê de Candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia a Património Mundial*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (2011). “Livro 6: Execução”, *Dossiê de Candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia a Património Mundial*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (2011). “Livro 7: Zona de Proteção”, *Dossiê de Candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia a Património Mundial*.

VASCONCELOS, António de (1938). *Os colégios universitários de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora.

Fontes de Internet

AIRES MATEUS (2015). “A nova vida do Colégio da Trindade” *Rua Larga*, www.uc.pt/rualarga/files/rualarga42.pdf [20.04.2015].

ARAÚJO, Mauro Luciano de (2007). *A espessura do imaginário no documentário*. Universidade Federal Sergipe. www.bocc.ubi.pt/pag/araujo-mauro-espessura-do-imaginario-no-documentario.pdf [12-10-2014].

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA “História” www.academica.pt/historia/ [08-03-2015].

AZEVEDO, Liliana (2011). *Como intervir no centro histórico de Coimbra: centro histórico intra-muros e Bairro Sousa Pinto*. Câmara Municipal de Coimbra – Gabinete para o Centro Histórico, http://gch.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2009/12/Como-Intervir-no-Centro-historico_2011.pdf [18-10-14].

COENTRÃO, Abel (2014). “Ruína de antigo colégio na alta de Coimbra vai ser reabilitada pela Universidade” *O Público: Jornal Online*,

www.publico.pt/local/noticia/ruina-de-antigo-colegio-na-alta-de-coimbra-vai-ser-reabilitada-pela-universidade-1665765 [12.09.2014].

COLÉGIO RAINHA SANTA ISABEL “Breve Resenha Histórica do Colégio” www.crsi.pt [08-03-2015].

ESCOLA SECUNDÁRIA AVELAR BROTERO “História” www.brotero.pt/index.php/escola [08-03-2015].

FAGUNDES, Maria Cristina; ZANDONADE, Vanessa (2003). *O documentário como instrumento de mobilização social*. Dissertação para o grau de Bacharel em Jornalismo do curso Comunicação Social. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis. <http://bocc.ubi.pt/pag/zandonade-vanessa-video-documentario.html> [12-10-2014].

MENDES RIBEIRO, João (2009). “A Recuperação do Colégio da Trindade” *Rua Larga*, www.uc.pt/rualarga/anteriores/26/26_21 [25.01.2015].

PENAFRIA, Manuela (2001). *O ponto de vista no filme documentário*. Universidade da Beira Interior. www.bocc.ubi.pt/pag/penafria-manuela-ponto-vista-doc.pdf [12-10-2014].

RAMOS, Fernão Pessoa (2001). “O Que É Documentário” *Estudos de Cinema 2000 / Socine*. UNICAMP. Porto Alegre: Sulina. www.bocc.ubi.pt/pag/pessoa-fernao-ramos-o-que-documentario.pdf [12-10-2014].

RAMOS, Rui Moura (2015). “O Instituto Jurídico no Colégio da Trindade” *Rua Larga*, www.uc.pt/rualarga/files/rualarga42.pdf [20.04.2015].

ROSSA, Walter (2001). *DiverCidade: Urbanografia do Espaço de Coimbra até Estabelecimento Definitivo da Universidade*. Tese de doutoramento em Arquitetura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/2110> [18-10-14].

SIPA – Sistemas de Informação para o Património Arquitectónico “Colégio da Santíssima Trindade” www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22975 [20.12.2014].

Entrevistas

BABO, Joana Cabral (2015) a. Entrevista com *Álvaro de Oliveira*. 08/04. Coimbra.

BABO, Joana Cabral (2015) b. *Entrevista com Fernando Seabra Santos*. 15/04. Coimbra.

BABO, Joana Cabral (2015) c. *Entrevista com João Gabriel Silva*. 16/06. Coimbra.

BABO, Joana Cabral (2015) d. *Entrevista com Jorge Alarcão*. 25/02. Coimbra.

BABO, Joana Cabral (2015) e. *Entrevista com Ludovina Cartaxo Capelo*. 21/04. Coimbra.

BABO, Joana Cabral (2015) f. *Entrevista com Rui Lobo*. 13/03. Coimbra.

BABO, Joana Cabral (2015) g. *Entrevista com Sónia Filipe*. 25/02. Coimbra.

Imagens

A. M. Nunes a. Colégio da Trindade 2 [fotografia].
<http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2006/09/colgio-da-trindade-2-vista-da-igreja.html> [10-03-2015].

A. M. Nunes b. Colégio da Trindade 3 [fotografia].
<http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2006/09/colgio-da-trindade-3-loggia-ou-varanda.html> [10-03-2015].

A. M. Nunes (1988) c. Colégio da Trindade 4 [fotografia].
<http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2006/09/colgio-da-trindade-4-se-memria-no.html> [10-03-2015].

A. M. Nunes (1988) d. Colégio da Trindade 5 [fotografia].
<http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2006/09/colgio-da-trindade-5-de-acordo-com-os.html> [10-03-2015].

A. M. Nunes (1988) e. Colégio da Trindade 6 [fotografia].
<http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2006/09/colgio-da-trindade-6-vista-dos.html> [10-03-2015].

COSTA, Marta (2014) a. Colégio da Trindade – Universidade de Coimbra.
www.flickr.com/photos/univdecoimbra/15123050586/in/album-72157646838319089/ [10-03-2015].

COSTA, Marta (2014) b. Colégio da Trindade – Universidade de Coimbra.
www.flickr.com/photos/univdecoimbra/14959393780/in/album-72157646838319089/ [10-03-2015].

COSTA, Marta (2014) c. Colégio da Trindade – Universidade de Coimbra.
www.flickr.com/photos/univdecoimbra/15143067951/in/album-72157646838319089/ [10-03-2015].

COSTA, Marta (2014) d. Colégio da Trindade – Universidade de Coimbra.
www.flickr.com/photos/univdecoimbra/15123050226/in/album-72157646838319089/
[10-03-2015].

LOBO, Rui (1998) a. Sem título [fotografia].

LOBO, Rui (1998) b. Sem título [fotografia].

LOBO, Rui (1998) c. Sem título [fotografia].

LOBO, Rui (1998) d. Sem título [fotografia].

LOBO, Rui (1998) e. Sem título [fotografia].

Nuno Rosmaninho – fotografia retirada do livro

Anexos

Anexo I – Fotografias do período anterior ao início da recuperação do Colégio da Trindade.

Anexo 1



Fotografia 1: Colégio da Trindade. Fotografia de A. M. Nunes (a).

Anexo 2



Fotografia 2: Loggia Renascentista do Colégio da Trindade. Fotografia de A. M. Nunes (b).

Anexo 3



Fotografia 3: Coro-Alto da Igreja aquando do desabamento da parede Sul do Colégio. Fotografia de A. M. Nunes (c).

Anexo 4



Fotografia 4: Desabamento da parede Sul sobre a Couraça de Lisboa. Fotografia de A. M. Nunes (e).

Anexo 5



Fotografia 5: Rua da Couraça de Lisboa aquando do desabamento da parede Sul do Colégio da Trindade em 1988. Fotografia de A. M. Nunes (d).

Anexo 6



Fotografia 6: Interior do Colégio da Trindade em 1998 (1). Fotografia de Rui Lobo (a).

Anexo 7



Fotografia 7: Interior do Colégio da Trindade em 1998 (2). Fotografia de Rui Lobo (b).

Anexo 8



Fotografia 8: Interior do Colégio da Trindade em 1998 (3). Fotografia de Rui Lobo (c).

Anexo 9



Fotografia 9: Interior do Colégio da Trindade em 1998 (4). Fotografia de Rui Lobo (d).

Anexo 10



Fotografia 10: Colégio da Trindade em 1998. Fotografia de Rui Lobo (e).

Anexo 11



Fotografia 11: Pátio das Escolas e Colégio da Trindade antes das demolições do Estado Novo. Imagem

Anexo II – Fotografias e imagens do Colégio da Trindade durante o período de recuperação do edifício.

Anexo 1



Fotografia 1: Interior do Colégio da Trindade no início das obras de recuperação (1). Fotografia de Marta Costa (a).

Anexo 2



Fotografia 2: Interior do Colégio da Trindade no início das obras de recuperação (2). Fotografia de Marta Costa (b).

Anexo 3



Fotografia 3: Interior do Colégio da Trindade no início das obras de recuperação (3). Fotografia de Marta Costa (c).

Anexo 4



Fotografia 4: Interior do Colégio da Trindade no início das obras de recuperação (4). Fotografia de Marta Costa (d).

Anexo 5



Fotografia 5: Claustros do Colégio da Trindade durante as obras de recuperação. Imagem de Joana Cabral.

Anexo 6



Fotografia 6: Interior do Colégio da Trindade durante as obras de recuperação. Imagem de Joana Cabral.

Anexo 7



Fotografia 7: Interpretação e recuperação da varanda do Colégio da Trindade, localizada na parede que desabou em 1988. Imagem de Joana Cabral.

Anexo 8



Fotografia 8: Claustros do Colégio da Trindade durante as obras de recuperação. Imagem de Joana Cabral.

Anexo 9



Fotografia 9: Reconstrução do 3º piso do Colégio da Trindade. Imagem de Joana Cabral.

Anexo 10



Fotografia 10: Interior da igreja do Colégio da Trindade durante as obras de recuperação. Imagem de Joana Cabral.

Anexo III – Transcrição das entrevistas .

Anexo 1 - Entrevista com Álvaro de Oliveira.

Álvaro de Oliveira, morador da Alta antes das demolições do Estado Novo

O que existia no Colégio da Trindade antes das demolições do Estado Novo?

AO: Parte destas coisas não são do meu tempo. Mas tínhamos conhecimento através de outras pessoas. E foi o que aconteceu agora, procuramos e andamos a ver isto tudo. Então, havia a oficina de móveis do Eduardo Simões de Carvalho, que estava na capela. Quem trabalhava lá como marceneiro era o senhor Magalhães (que era comandante dos Bombeiros Voluntários), o senhor Virgílio Pedro Dias (que mais tarde estabeleceu a sua própria mobiladora, os Móveis Dias) e o Pinochet, entre outros operários que havia. Depois fechou essa marcenaria e abriu a da família Pereira. Quando se deu a queda, o desabamento, foi já no tempo dos Pereiras, abriu entre os anos 70 ou 80.

Havia ainda na esquina, em frente ao CADC, a Encadernação Cardoso. Depois, com as demolições, começou a fechar tudo e ele fechou. Ele abriu em 1920. Lembro-me de lá estar a encadernação.

Depois havia a Procuradoria do Raposo. Havia também a habitação do Pinheiranda, dono da Farmácia do Castelo. E o Padre Américo vivia num andar e o jardim era dele.

Pode falar mais sobre o Lar do Padre Américo?

AO: O Lar era de rapazes que andavam a trabalhar e iam lá jantar e dormir. Não era um orfanato, que havia alguns que não eram órfãos. Era gente pobre. O David era órfão de pai. Aquilo eram moços jovens que trabalhavam. Depois voltaram para a Cumeada quando aquilo fechou lá em baixo. Funcionou durante alguns anos.

Lembra-se de lá estar o Colégio Rainha Santa Isabel?

AO: Não me lembro disso, só se foi antes. Tem muita coisa mas não vi nada sobre isso.

Que pessoas moravam lá?

AO: No andar de cima eram quartos, mas havia famílias lá. Antes das demolições eram famílias que lá viviam. O Pinto e o Raposo moravam lá. E o Pinheiranda.

Que pode contar dos planos do Estado Novo para o Colégio?

AO: Andaram muitos anos a falar em recuperar o colégio. No princípio das obras era para ser destruído. Depois pensaram em muita coisa, como a Faculdade de Farmácia. Houve propostas mas nunca fizeram nada.

Que mais pode contar sobre as demolições?

AO: Salazar parece que foi uma das pessoas contra a demolição da Alta. Apesar de dizerem o contrário, mas não. Eu tenho um jornal que diz a história. Mas o cenário universitário aprovou que a Universidade deveria ser colocada só num ponto e fazerem a Cidade Universitária. Eles então seguiram com Duarte Pacheco, que era ministro das obras públicas. Apoiaram aquilo tudo e aquilo continuou. Depois então queriam fazer ali uma coisa muito grandiosa.

Salazar não era contra assim diretamente. Para ele até convinha destruir parte da Alta porque era um núcleo muito grande contra a política de Salazar. Mas ele não aprovou certas coisas. Mas, no fim, contrariaram-no e continuaram com a obra.

Houve contestação às demolições?

AO: As pessoas contestaram. Nesses bairro, todas as pessoas contestaram. Se havia 100 casas, 100 pessoas contestaram. Porque essas pessoas vieram para aqui da Alta. As pessoas da altura da demolição da Alta, aí 80% da população de Coimbra era contra a demolição. O Bissaya Barreto não apoiava. E era um grande amigo do Salazar. Tanto que a casa do Bissaya Barreto foi a última a ser deitada abaixo.

E depois das demolições o que fizeram com o Colégio da Trindade?

AO: Esteve sempre habitado, continuaram lá pessoas. Continuaram até haver a derrocada lá dentro. Depois houve o Pratas, que abriu a taberna em 59. Ele funcionou muito tempo. Só quando queriam demolir aquilo, aqui há poucos anos, é que o Pratas saiu. Já havia parte do Colégio em ruínas e ele ainda lá estava. Após as demolições as habitações eram todas alugadas a estudantes e havia a taberna, o Raposo e os móveis.

Depois da derrocada continuaram lá?

AO: A derrocada destruiu muita coisa dos prédios. Os prédios fecharam logo mal se deu a derrocada. A loja de móveis dos Pereiras fechou logo após a derrocada.

Em 2013 foi ao Colégio da Trindade ver a peça do Teatrão “Arruinados”. Qual era o estado do Colégio nessa altura?

AO: Era ruína, totalmente ruína. O teatro começou onde era a procuradoria, era só pedras para um lado e para o outro. E conforme íamos entrando para o edifício mal podíamos andar porque era pedras e tudo ruínas. Já estava quase todo destruído. Já nem lá estava o Pratas nem nada. Só os claustros continuavam de pé.

O que pode contar mais sobre a Procuradoria Universitária?

AO: Aquilo era uma livraria. Era mais um alfarrabista que outra coisa. Os estudantes formavam-se e não queriam os livros, então ele ficava com eles. Ele era uma pessoa conhecida na altura. Saiu lá de cima da Rua Larga para lá. A primeira loja que ele teve era ao lado da Associação Académica. Passou para o Colégio da Trindade quando demoliram a Rua Larga.

O que pensa das obras que estão a fazer agora?

AO: Aquilo pouco adianta. Para mim é um crime estar ali ao abandono. Se fazem tantos prédios para a Universidade... há muita faculdade que pode ser ali incluída. Esperamos há tanto ano que aquilo fosse recuperado, mas não. É como a antiga Faculdade de Farmácia, nos Melos, que agora faz parte da Faculdade de Direito. Falaram em tanta coisa que nós chegamos a um ponto e paramos de acreditar.

Porque é importante a reabilitação do edifício?

AO: Se a Alta ainda existisse talvez houvesse algum incêndio maior do que aconteceu no Chiado em Lisboa. Aquelas casas eram todas feitas em chamele – madeira depois revestida a cal. E era um perigo, uma zona alta, com pouca água... era um perigo. Depois as condições de habitação. Não havia condições de habitação. Parte das casas da Alta não tinham casa de banho. Eram construções muito antigas. Aquilo tinha de ser modificado totalmente. O que tem sido até agora.

Anexo 2 – Entrevista com Fernando Seabra Santos.

Fernando Seabra Santos, antigo Reitor (2003-2011) da Universidade de Coimbra.

Como começou o processo de recuperação do Colégio da Trindade?

FSS: O edifício do Colégio da Trindade é um edifício do século XVI, com uma construção que, do ponto de vista arquitectónico, tanto quanto julgo saber, tem bastante valor. Mas que do plano da técnica da construção não é propriamente um edifício de grande qualidade. É um edifício que se degradou muito, quer porque a construção inicial não é de grande qualidade, quer porque a utilização que teve, nomeadamente após meados do séc. XIX quando, por extinção das ordens religiosas, aquele e muitos edifícios pelo país fora ficaram um bocadinho abandonados, levou a que a degradação fosse profunda. Entre, suponho eu, meados do séc. XIX e o ano em que se assistiu a uma derrocada quase completa de toda a ala sul da capela, o edifício funcionou pelo menos nas últimas dezenas de anos deste período como alojamento universitário e não só, num regime de propriedade que ainda está por esclarecer e provavelmente nunca o virá a ser. Eu fiquei com ideia que à volta de uma centena de pessoas se alojavam no edifício pagando renda a talvez uma pequena dezena de proprietários fictícios que agiam como se fossem proprietários do edifício e de facto não eram.

Até ao momento em que se deu essa derrocada, em meados da década de 80, o edifício terá funcionado desta forma meio informal em que algumas pessoas, que eu estimaria à volta de uma dezena, se arvoravam na posição de proprietários parciais do edifício e recebiam rendas de aluguer de quartos ou de partes do edifício a outras pessoas que transitavam, que iam e vinham (como muitas vezes acontece no caso dos estudantes e de outro tipo de pessoas que por lá passaram).

Quando se dá a derrocada há com certeza um choque. Felizmente, não houve vítimas, mas uma parte significativa de toda a capela ruiu e as instituições da cidade (públicas, ao que julgo saber) reuniram-se e foi decidido que aquele edifício afinal pertencia à Universidade. A Universidade, nesse momento, herdou uma carga de trabalhos porque herdou uma ruína, basicamente, e herdou a obrigação de realojar algumas dezenas de pessoas que por lá se mantinham. Esse processo foi iniciado antes de eu entrar na reitoria.

Quando eu peguei nele, em 1998, a situação era ainda a de uma pequena dezena de pessoas que era necessário realojar e um projeto de arquitetura, que tinha sido encomendado ao arquiteto Simões Dias, que tinha obtido um parecer desfavorável da entidade do património que na altura superentendia e tomava decisões sobre as questões de natureza patrimonial. Portanto, o ponto em que eu pego aquele processo é de um colégio do séc. XVI, situado numa zona muito nobre da cidade de Coimbra, uma das últimas ruínas da Alta Universitária, degradado e em ruína parcial (pelo menos), e em sobreutilização em toda a sua extensão. Portanto, com umas divisórias internas que refletiam a evolução da sua utilização precária ao longo de varias dezenas de anos, com uma degradação da estrutura das paredes do edifício e do telhado, com certeza, já para não falar da parte que entretanto tinha sido abatida, tinha derrocado, e com à volta de uma dezena de pessoas que ainda lá continuavam alojadas. Algumas porque de facto faziam daquilo a sua habitação, e outras porque já farejavam a possibilidade de obter algumas compensações e se foram mantendo artificialmente à procura dessas compensações.

Portanto, as duas primeiras coisas que tive de fazer: uma delas, foi reavaliar a questão do projeto de arquitetura; e a segunda, prosseguir e completar o processo e realojamento das pessoas.

Vamos começar pela segunda parte, este processo completou-se com o caso talvez mais mediático, a célebre taberna “O Pratas” que, digamos, alimentou em comida e sobretudo em bebida várias gerações de estudantes universitários e que mantinham por essa taberna um certo carinho. Portanto, o realojamento dessa última dezena de pessoas, incluindo a indemnização que foi necessária pagar ao, suponho, senhor Pratas, foi a conclusão desse processo de tornar vazio de ocupantes o edifício do Colégio da Trindade.

Em segundo lugar, houve necessidade de reformular o projeto de arquitetura. Basicamente, rescindindo amigavelmente do contrato que nos mantinha com o arquiteto Simões Dias, lançando um concurso público para elaboração do novo projeto, que foi ganho pelo arquiteto Aires Mateus depois de um processo disputado em que havia igualmente outros bons projetos.

Portanto, resolvida a questão do realojamento de todos os habitantes ou utilizadores informais do espaço e resolvido o projeto de elaboração do novo projeto de arquitetura, tínhamos, finalmente, um projeto aprovado pelas entidades competentes e passível de ser utilizado como base de trabalho para renovação do edifício. Mas

aquele edifício tinha, e tem, outras particularidades. Não se intervém numa zona histórica da cidade sem, por exemplo, fazer um apanhado global da arqueologia do espaço. Esse trabalho foi feito em pelo menos duas ocasiões ou em duas campanhas distintas e profundas. Houve que fazer toda a arqueologia do pátio central do edifício, houve que fazer toda a arqueologia do edifício em si. Portanto, quem trabalhou com estas questões sabe o que significa o envolvimento arqueológico num edifício com estas características e o cuidado que a Universidade não podia deixar de ter em assegurar a preservação do património que é seu, sobretudo tratando-se de um edifício do séc. XVI, no coração da cidade, na área nobre da cidade universitária e, portanto, houve que acautelar tudo isso.

Completado esse processo, estávamos finalmente em condições de iniciar a reconstrução do edifício. Entretanto o edifício tinha chegado a uma situação de extrema debilidade estrutural e foi feita uma primeira intervenção. Portanto, mais um contrato no concurso público para a elaboração dessa primeira intervenção física no edifício, que consistiu no levantamento, na construção da estrutura metálica do edifício, sustentação das paredes, estabilização das paredes e das fundações, para se poder trabalhar confortavelmente e com segurança em futuras intervenções.

Tudo isto já na sequência de uma contratualização que foi feita com o governo, com base no contrato-programa que foi assinado eu diria em em 2008/2009 – um programa que tinha como objetivo a requalificação e a construção de alguns elementos de alguns edifícios da Alta Universitária, com vista já à classificação da Universidade de Coimbra como Património da Humanidade. Um contrato-programa que foi assinado pelo então Primeiro-Ministro José Sócrates, na presença do então Ministro do Ensino Superior e da Investigação, o professor Mariano Gago, em Coimbra. Isto aconteceu numa visita que fizeram expressamente para apoiar a candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade e através do qual foi garantido financiamento quer para a reconstrução do Colégio da Trindade, quer para a reconstrução da biblioteca da Faculdade de Direito no edifício entretanto a ser libertado pela Faculdade de Farmácia, quer ainda a construção do chamado CIDUC – o Centro de Interpretação e Divulgação da Universidade de Coimbra – um edifício que ainda não está construído e já está projetado desde 2009 ou 2010 para a zona do Largo Dom Dinis. Portanto, esses três edifícios tinham, a partir desse momento, um orçamento para poderem ser desenvolvidos, e foi com esse orçamento que já se fizeram as primeiras intervenções de consolidação estrutural e que se preparou o segundo

concurso para lançar e que conduziria à conclusão do edifício. E com isso estamos já no ano de 2010, no final do meu segundo mandato, e numa altura em que eu pensaria logo em início de 2011 lançar esse processo e concluí-lo com êxito.

Deixe-me dizer-lhe que participei em vários projetos de desenvolvimento da Universidade de Coimbra, e este deverá ter sido talvez o mais complexo porque se tratava de um edifício antigo, em muito más condições estruturais, cuja resolução envolveu a confluência de um conjunto grande de especialidades e um conjunto grande de iniciativas e objetivos. Não propriamente apenas de arranjar um terreno e construir um edifício, mas de alojar pessoas, indemnizar algumas pessoas, comprar casas para algumas pessoas... e depois reformular projetos de arquitetura que estavam chumbados, lançar novos concursos para elaboração de projetos, aprova-los, faze-los aprovar, iniciar duas campanhas distintas arqueológicas profundas sobre as bases do edifício, o terreno sobre o qual ele está construído e, depois, refazer o novo projeto, aprova-lo e começar a fazer uma primeira intervenção física sobre a consolidação estrutural do edifício e, finalmente, o que agora está a ser feito, a empreitada final.

No meio deste processo, deixe-me dizer-lhe que ainda em 2010 foi reconstruída toda a capela: todas as cantarias da capela foram repostas aproveitando, em parte, aquelas originais que tinham sido, enfim, devidamente identificadas na altura em que ocorreu a ruína parcial, e substituindo-as, nos casos em que era impossível recuperar as originais, por outras através de artistas que trabalharam no local. Esse aspeto foi mais um aspeto que tornou aquela intervenção particularmente interessante, particularmente difícil, particularmente desafiadora e, se calhar, particularmente demorada.

Quais os planos que haviam para o Colégio da Trindade na altura em que foi reitor?

FSS: Quando eu peguei no processo, a indicação universitária que havia era para construir aquilo que se chamava na altura um Colégio Europeu. Essas coisas vêm um bocadinho também em função das possibilidades de financiamento que vai havendo. Essa ideia de Colégio Europeu, dentro da Universidade, evoluiu durante o período em que eu fui vice-reitor e reitor, para uma outra proposta da Faculdade de Direito, que era a constituição de um tribunal universitário europeu. Portanto, a ideia europeia mantinha-se, aliás os fundos eram conseguidos no âmbito dos projetos europeus (o FEDER, nomeadamente, e o QREN). Os planos eram, digamos, para formar uma

instituição de carácter europeu na medida em que se propunha estudar, digamos, questões relacionadas com a Europa, com a jurisprudência e o funcionamento dos tribunais europeus, mas tinha evoluído para um tribunal. Já não era apenas um instituto de investigação, tinha sido transformado, no plano da concepção, num tribunal universitário. Uma ideia original do professor José Gomes Canotilho, que a Faculdade de Direito aprovou e que a reitoria aprovou igualmente e tentou concretizar.

Mais uma vez suponho que há desenvolvimentos recentes nesta matéria, mas não sou a pessoa indicada para falar disso. Devo dizer que, enquanto eu fui reitor, nos estatutos da Universidade houve a possibilidade de consagrar uma nova unidade orgânica – que era precisamente o Tribunal Universitário Judicial Europeu – que vinha dar corpo institucional a essa ideia havendo, digamos, a coordenação entre as duas áreas: a intervenção física, a recuperação do edifício por um lado; e por outro lado, a decisão institucional universitária de construir ou de constituir um Tribunal Universitário para funcionar naquele edifício.

Sabe se nos projetos que foram aprovados enquanto esteve na reitoria a varanda renascentista era retomada?

FSS: Havia de facto uma *Loggia* do séc. XVI, que era conhecida até por várias ilustrações que nos chegam nos documentos da época e posteriores. O projeto que foi aprovado suponho que refazia essa varanda. Não, naturalmente, na perspetiva, na forma e nos processos de construção da época do séc. XVI, mas com processos de construção modernos. Mas suponho que, do que me lembro, havia de facto a reposição dessa varanda mas não lhe posso garantir os pormenores.

A reitoria tinha algum plano para expor os vestígios encontrados?

FSS: Não, que me lembre não houve essa proposta nem, digamos, houve algum tipo de concretização dessa intenção. Essas coisas estão devidamente estudadas e arquivadas, suponho que estão ainda em condições de vir a ser mostradas quando for necessário. Durante os meus mandatos, suponho que não houve qualquer iniciativa desse género.

Tem alguma ideia do que aconteceu para se ter atrasado a recuperação do edifício?

FSS: Eu sei que, quando deixei a reitoria, o processo técnico estava completamente tratado, o projeto estava completamente concluído para se lançar o concurso público de empreitada muito rapidamente. Não sei porque esse processo não foi lançado, não sei aliás porque razão não foram lançados outros processos que estavam igualmente prontos e financiados. Eu penso que teria sido possível, técnica e financeiramente possível, lançar esse concurso no ano 2011. Teria sido isso que eu teria feito se fosse reitor nessa altura.

O financiamento estava garantido, era preciso naturalmente renegocia-lo através desse contrato-programa que tinha sido feito com o governo em 2008/2009. Era preciso, enfim, ter argumentos para que essa promessa se concretizasse. Não sei o que aconteceu que não tornou isso possível.

Qual acha que é o valor do colégio enquanto património?

FSS: O colégio interveio no processo de candidatura, é um dos edifícios que está incluído na zona classificada. Portanto é a prova de que a UNESCO não aprova apenas as coisas que estão já requalificadas e restauradas. Antes pelo contrário, a UNESCO aprova um processo, uma intenção e um compromisso. E foi isso que aprovou em toda a Alta Universitária e na Sofia. O compromisso da Universidade e da cidade de ter atenção com a importância que o seu património tem e o compromisso de o valorizar segundo as linhas e as orientações que constam do processo de candidatura.

Portanto, o projeto de arquitetura concreto de recuperação do Colégio da Trindade fez parte da candidatura. E o que está a ser feito é a concretização desse projeto. O valor em euros não sei nem penso que é isso que me pergunta. Esses edifícios não têm preço, têm um valor incalculável. Penso que um americano rico poderia dar uma fortuna incalculável se um pateta qualquer europeu estivesse na disposição de vender um edifício daqueles.

Qual é a importância da recuperação do Colégio da Trindade?

FSS: É a última chaga, a última ferida da Alta Universitária. Todo o meu percurso como vice-reitor e como reitor, nessa matéria, foi tentar dar a importância que o local e o património, na minha opinião, mereciam. Num processo que eu conduzi na perspetiva de o vir a valorizar sobre a forma máxima em que ele pode ser valorizado.

Procurando e conseguindo, felizmente, a classificação e inclusão na chamada lista de Património Mundial da UNESCO.

Para isso não vale a pena estar aqui hoje a falar de todas as outras iniciativas que se tomaram com essa orientação, mas é evidente que uma proposta dessas e uma proposta vencedora dessa natureza só poderia ter, digamos, uma boa abordagem, uma boa aceitação em instituições como a UNESCO se tivessem em consideração, se acautelassem, se previssem o restabelecimento e a recuperação completa dos edifícios envolvidos, nomeadamente o Colégio da Trindade. Portanto, toda a área universitária foi estudada, num contexto em que depois, na prática, acabou por envolver não só a Alta Universitária mas também outras áreas importantes da cidade de Coimbra. Como sabe, a área classificada inclui também a Rua da Sofia, aquilo que eu chamei, logo em 1998-99, o Pólo 0 da Universidade de Coimbra.

O processo começou com um colóquio que eu organizei e que se organizou no Teatro Académico de Gil Vicente, em 1999 (salvo erro), que se chamou “Os Colégios da Sofia”, e foi nesse colóquio (organizado durante a Primeira Semana Cultural da Universidade de Coimbra, em 1999) que se apresentaram pela primeira vez de uma forma concertada e coordenada algumas das bases do que viria a ser a preocupação com o património que, mais tarde, culminaria em 2002 com a apresentação formal da intenção da Universidade de Coimbra se candidatar a Património da Humanidade e, depois, em 2012 (se não estou em erro), com a classificação final pela UNESCO.

Portanto, foi um processo que demorou formalmente 10 anos, de facto demorou até um pouco mais, e curiosamente demorou mais ou menos o mesmo número de anos que demorou a reconstrução do Colégio da Trindade.

No meio disto tudo, o Colégio da Trindade não se pode dizer que seja a peça mais importante, talvez seja particularmente interessante por ser a última grande chaga da Alta Universitária que finalmente é fechada. É uma ferida que nós temos ali assim no coração da cidade, no coração da Alta, em frente da varanda por onde passam todos os anos talvez meio milhão de pessoas, se calhar mais: turistas, utentes da Universidade, estudantes, professores... todas as pessoas que por lá passam a primeira coisa que veem ali do lado esquerdo é uma ruína. E, portanto, pelo menos desse ponto de vista, tem importância e a felicidade de ver fechada finalmente a última grande ferida da Alta Universitária.

E para si? Porque acha importante recuperá-lo?

FSS: É importante porque é uma ruína com valor patrimonial muito grande, que remonta à história e ao séc. XVI, à transferência definitiva da Universidade para a cidade de Coimbra, com uma série de construção de Colégios Universitários na Baixa, na Rua da Sofia e também alguns na Alta Universitária. Suponho que é dessa época que data a construção do Colégio da Trindade. Com peripécias históricas que são mais ou menos conhecidas. Com particularidades arquitetónicas e construtivas que fazem dele também uma peça muito valiosa. E porque está no coração da cidade e da Alta Universitária.

Portanto, para mim, é tão importante fazer o restauro do Colégio da Trindade, fechando de certa forma o processo de recuperação da Alta Universitária, como foi o retirar dos carros do Pátio das Escolas que, de certa forma, marcou o início desse processo em 1999 ou 2000. Portanto, no início do processo, quando eu disse na altura, enquanto vice-reitor, que tínhamos conseguido ser um pouco menos talibãs ou com esse processo passávamos a ser um pouco menos talibãs - na altura em que os talibãs destruíram os Budas que eram Património da Humanidade numa ação completamente disparatada -, eu queria indicar que a nossa responsabilidade universitária era muito grande, que não podíamos continuar a pôr em causa o nosso património em benefício apenas do nosso individualismo e do nosso conforto individual de trazer o carro praticamente ao até ao sítio onde trabalhamos.

E portanto o processo começou com a retirada dos carros do Pátio das Escolas e acabou, ou vai acabar muito proximamente, alguns metros apenas adiante com a conclusão do Colégio da Trindade.

Anexo 3 – Entrevista com João Gabriel Silva.

João Gabriel Silva, Reitor da Universidade de Coimbra.

Em que contexto surgiram os colégios universitários em Coimbra?

JGS: Os colégios universitários eram uma estrutura indispensável ao funcionamento da Universidade porque os colégios tinham duas funções principais. Uma era fazer a educação pré-universitária – os estudantes têm de passar por um percurso de aprendizagem para poderem entrar na Universidade e eram os colégios que tratavam

disso. Por outro lado, eram as residências universitárias – antigamente, como agora, a maior parte dos estudantes da Universidade de Coimbra não mora em Coimbra, as famílias não são de Coimbra, por isso enquanto estudam cá precisam de estar alojados em qualquer sítio, e os colégios tinham essa função. Portanto, eram simultaneamente residências e sistema de ensino pré-universitário.

Pode contar um bocadinho da história do Colégio da Trindade?

JGS: O Colégio da Trindade foi construído pela Ordem dos Trinitários, que tinham por função destinar um terço do seu rendimento a ajudar os doentes e os desvalidos de uma maneira geral. É um colégio não tem nenhuma característica que o distinga particularmente dos outros, sendo que é interessante que esteja num local tão próximo da Universidade – aqui ao lado e isso dá-lhe uma característica interessante.

Foi desativado em meados do séc. XIX quando foram encerradas todas as ordens religiosas. Desde essa altura até ao final do séc. XX teve imensas utilizações. Foi muito fragmentado, muito transformado. Chegou a ter algumas fábricas pequenas a funcionar lá dentro. Foi muito mal utilizado, diria eu. Abriram-se muitas portas e janelas novas, fizeram-se muitas divisórias, houve uma deterioração geral do edifício. Culminou mesmo no final do séc. XX com a derrocada do teto da igreja, que depois foi sujeita a uma reconstrução assim um bocado expedita.

Portanto, recuperação integral para uma utilização plena está a acontecer agora, já no séc. XXI, porque antes disso nunca houve.

Que uso vai dar a Universidade ao Colégio da Trindade?

JGS: A Universidade de Coimbra pretende, em primeiro lugar, alargar a investigação na área do direito. À muitos anos atrás, quando se começou a pensar neste projeto, havia a ideia da instalação de um tribunal. Seria um tribunal da república, não simulado, respeitando todas as regras de constituição de um tribunal, mas que tivesse uma relação especial com a Universidade no sentido de ter mais interação com os seus professores e os seus estudantes. E, portanto, ser até de alguma maneira um tribunal experimental, onde inovações do próprio processo de aplicação da justiça fossem sendo estudadas, experimentadas e melhoradas. Acontece que esse sonho mantém-se vivo mas, de facto, como os tribunais são um dos órgãos de soberania, não é fácil mexer nos seus termos de funcionamento. Ainda não foi concretizado, mas o projeto que está a ser construído, neste momento, permite a utilização como tribunal

nestes termos: um tribunal com uma ligação especial à Universidade, sendo um tribunal verdadeiro, assim que houver condições legislativas e organizativas para tal. Esse objetivo mantém-se. Naturalmente, será mais fácil de concretizar assim que houver um edifício operacional, porque até aqui não havia sequer.

Também é verdade que as condições de investigação na área do direito se alteraram. Entretanto foi criada uma estrutura nova, o Instituto Jurídico da Faculdade de Direito, que fez com que um dos objetivos iniciais do TUJE – Tribunal Universitário Judicial Europeu – deixasse de ser necessário. A própria Faculdade de Direito assumiu em pleno essa missão e será essa a estrutura principal que será alojada no edifício. O TUJE será uma área essencialmente dedicada à investigação na área do direito, gerida pela Faculdade de Direito quase totalmente – poderá haver outras componentes mas a sua ligação ao direito é um dos aspetos essenciais.

O TUJE será instalado no Colégio porque a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra tem claras restrições de espaço. Tomou uma decisão há muito tempo, que me parece correta, de se manter aqui, no edifício histórico da Universidade. Mas isso tem algumas consequências, nomeadamente a exiguidade de espaço. A Universidade tem agora muitos mais estudantes do que os 2 ou 3 mil que tinha quando, há dois séculos, era só este o edifício. Portanto, o Colégio da Trindade permite aliviar, não totalmente mas em boa parte essas restrições de espaço.

Que pode revelar dos planos do projeto de reconstrução do edifício?

JGS: Voltar à construção original neste momento é impossível porque já houve demasiadas transformações. Na realidade, do edifício original sobra a estrutura geral apenas. Mantêm-se as paredes exteriores, o claustro e a igreja. Toda a subdivisão de espaços internos foi alterada. Aliás, está-se a construir a divisão de espaços internos, é visível uma estrutura metálica dentro do edifício antigo, e será essa estrutura metálica que albergará todas as outras estruturas.

Portanto, a subdivisão interna, com exceção das macroestruturas principais – a antiga igreja que será uma sala grande de atividades que envolvam mais pessoas, o claustro que se manterá como um elemento central do edifício – vai ser completamente alterada. A introdução de uma caixa de elevador, por exemplo, que é essencial para as acessibilidades, a própria circulação por escadas não será exatamente igual à original... Portanto, da divisão interna não sobrar praticamente nada. Quer do edifício original, quer das transformações posteriores.

Vão tentar manter a *Loggia* Renascentista?

JGS: Nós temos feito um esforço grande para conseguir remontar algumas peças do puzzle. Há muitas peças, muitas cantarias que se conseguiram recuperar (em muitos casos não integralmente). Mas, no que diz respeito à varanda e outras estruturas, está a fazer-se uma tentativa de manter algumas delas. Aquilo que no final se conseguirá ou não manter não está ainda completamente fechado. Estamos a tentar aproximar-nos dessa estrutura inicial tendo em conta que muito se perdeu neste percurso.

Qual a previsão para a abertura do edifício ao público?

JGS: Eu espero que a obra esteja pronta até ao final deste ano, 2015. E que durante o primeiro semestre de 2016 se possa iniciar a utilização plena do edifício. Portanto, no próximo ano, em 2016, estará o edifício em plena utilização.

O projeto de recuperação encontrou alguns problemas de maior destaque?

JGS: Tem havido algumas pequenas adaptações no decurso da obra, como é natural quando se está a intervir num edifício antigo. Mas nada de muito substancial. Eu diria que a única alteração com maior relevância que houve foi o abaixamento do piso da zona do claustro, porque se verificou que aquilo que parecia ser o piso base na realidade correspondia a um alteamento de umas dezenas de centímetros (feito sabe-se lá quando). Portanto, ao rebaixar de novo o piso para aquilo que foi a sua cota original, ganhou-se alguma dignidade do claustro. Mas, fora isso, foram apenas pequenas adaptações que foram inevitáveis ao mexer-se num edifício antigo.

Que destino vão dar aos vestígios romanos encontrados em baixo do edifício?

JGS: Está tudo em aberto, tudo por decidir. A nossa preocupação, neste momento, tem sido identificar e preservar os vestígios que são detetados. O destino que se lhes vai dar está por decidir.

Qual a importância da recuperação do edifício para a cidade?

JGS: Eu acho a reconstrução e a recuperação do Colégio da Trindade era algo absolutamente indispensável fazer há muito tempo. Nós não temos nenhuma ruína de dimensão parecida (nem próxima) aqui na Alta. Portanto, era uma ferida que estava

aberta. Para mim tem esse carácter simbólico muito intenso. Nós vamos terminar, em termos de grandes obras, a recuperação da Alta Universitária.

É um edifício que conseguiu escapar à destruição da construção da Universidade Nova, em meados do séc. XX. Havia muitos outros colégios que desapareceram por causa das demolições da Alta, este sobreviveu. Mas sobreviveu mal, está muito deteriorado. Tem esse valor simbólico. É, por um lado, a última ferida aqui da Alta. E, por outro lado, também uma testemunha daquilo que a zona demolida era antes dessa mesma demolição (que não foi há muito tempo, foi há menos de um século). Enfim, fecha o tecido urbanístico aqui da Alta. É um momento com alguma relevância.

Qual a importância da recuperação do edifício para si?

JGS: Para mim a recuperação do colégio tem um valor simbólico porque é algo que nós estamos a conseguir fazer em momento de grande recessão. É um problema que estava por resolver há muito tempo e conseguir resolvê-lo nesta altura, apesar das enormes dificuldades financeiras por que o país está a passar, dá-lhe um valor redobrado. E como eu me empenhei muito em se conseguir encontrar uma solução, vejo sempre isto como algo que me é muito próximo. Para mim simboliza um pouco o triunfo da vontade sobre a adversidade. Porque quando nós queremos uma coisa com muita força – não conseguimos querer muitas coisas ao mesmo tempo porque é preciso muita energia –, mesmo em situação muito adversa, nós acabamos por conseguir concretizá-lo.

Anexo 4 – Entrevista com Jorge Alarcão.

Jorge Alarcão, historiador, especialista em história de Coimbra, docente aposentado.

Como surgiram os Colégios Universitários em Coimbra?

JA: Quando o D. João III transferiu a Universidade de Lisboa para Coimbra teve o problema das instalações. Onde instalar a Universidade, onde instalar os estudantes? Como sabes, toda a gente sabe, a Universidade funcionou durante alguns anos na casa do reitor, que ficava à Estrela, onde fica o edifício que até há pouco tempo foi a sede do Governo Civil. Ficava aí a casa do reitor e foi aí que funcionaram as primeiras aulas, logo a seguir à transferência.

E os alunos onde ficavam? Para os alunos temos de distinguir duas soluções. Por um lado, havia os alunos que vinham de Ordens Religiosas. Por exemplo, a Ordem de São Bento, que tinha vários mosteiros por todo o país, mandava alguns alunos fazer os seus estudos na Universidade de Coimbra. Eram todos jovens que já tinham professado na Ordem de São Bento, por isso a Ordem de São Bento construiu um colégio em Coimbra para alojamento dos estudantes. Os Jerónimos, que eram outra Ordem Religiosa, a mesma coisa. Aliás esses colégios de S. Bento e S. Jerónimo ainda hoje existem. O Colégio dos Jerónimos hoje está integrado na Universidade e o de São Bento é onde está o Jardim Botânico e o Departamento de Antropologia.

Assim, os colégios serviam para alojar os estudantes que vinham dessas várias Ordens Religiosas e, ao mesmo tempo, nos próprios colégios havia ensino. De um modo geral podemos dizer que havia estudos preparatórios – o que hoje é ensino secundário organizado era leccionado nos próprios colégios como preparação para a Universidade - e às vezes também havia nos próprios colégios leccionação de algumas cadeiras já de estudos superiores universitários.

Isso era uma parte da população escolar porque, a outra parte da população escolar, eram os filhos da gente nobre que não estavam ligados a nenhuma Ordem Religiosa. Como estes não podiam (salvo alguns casos excepcionais) ter acesso ou ficar alojados em colégios, tinham de tratar do seu alojamento e ficavam em residências particulares. Exatamente porque a partir da transferência da Universidade houve muitos estudantes que vieram para Coimbra, a população da cidade, principalmente na Alta, cresceu muito. Depois, como eram filhos de nobres e gente rica, geralmente não vinham sozinhos, traziam os seus criados... Portanto, a Alta que, por volta de 1530/40, andava bastante degrada e até bastante despovoada (porque uma parte da população tinha abandonado a Alta e tinha fixado residência ou tinha as suas atividades económicas na Baixa) nessa altura desenvolveu-se, muitas casas foram construídas e reconstruídas, instalou-se comércio... Portanto, a Universidade contribuiu para a revitalização Alta.

Como contribuiu o decreto para os colégios se instalarem na Alta para a revitalização?

JA: A Alta não se desenvolveu como o D. João III projetou. D. João III inicialmente teve boas ideias. E talvez tivesse concretizado essas ideias se entretanto não tivessem

vindo os jesuítas para Coimbra – porque foi mais ou menos na altura em que se reinstalou a Universidade em Coimbra.

Primeiro, o Rei tinha ideia de que a instalação da Universidade nos Paços Reais era uma solução provisória (que depois, infelizmente, se tornou definitiva). Isto porque entendia que o Paço Real não era o melhor sítio para instalar a Universidade e, além disso, tinha necessidade e conveniência em ter um Paço onde ficar quando viesse a Coimbra.

Mas a ideia do Rei era construir de raiz um edifício para a Universidade. E comprou um terreno, comprou casas, deitou as casas abaixo para fazer esse grande edifício da Universidade no sítio onde hoje temos a Sé Nova e o Colégio de Jesus. As obras não começaram sequer. Os terrenos foram comprados mas depois vieram os jesuítas e conseguiram convencer o Rei a doar-lhes esses terrenos para construírem o seu próprio Colégio, o Colégio dos Jesuítas. Portanto, mais uma vez, ficou a Universidade sem instalações.

Uns anos mais tarde, já mais para os finais do séc. XVI, houve a ideia de construir o edifício da Universidade onde hoje temos o Colégio de Santo Agostinho da Sapiência, onde está instalada a Faculdade de Psicologia. Aí era uma zona de casas... mas esse processo também se arrastou sem que a Universidade tenha tomado uma decisão e, finalmente, foi o Mosteiro de Santa Cruz que construiu o edifício do Colégio de Sapiência ou de Santo Agostinho para alojar os seus próprios estudantes que vinham para a Universidade.

Um outro aspeto da política de D. João III, que foi abortado, foi a construção de residências para estudantes. O Rei pensou nisso, o Rei chegou a construir residências para estudantes – ficariam mais ou menos ali onde hoje está o Instituto de Medicina Legal, nas traseiras da Faculdade de Medicina – mas essas casas também acabaram por ser apropriadas pelos jesuítas e os estudantes ficaram sem residências.

E qual o impacto das demolições do Estado Novo na Alta?

JA: A rua que hoje vem do cimo da Padre António Vieira, passa entre a Sé Nova e o Museu Machado de Castro e depois desce entre as Químicas e o edifício da Biblioteca Geral e do Arquivo e vai bater ao Instituto Justiça e Paz sempre foi um eixo fundamental da cidade. Desde a época romana, através da época medieval, no séc. XVI... sempre foi um eixo fundamental. Não seria tão retilínea como hoje é, mas sempre foi uma rua principal.

O Museu Machado de Castro é um edifício que vem também desde a Época Romana: primeiro foi o Fórum da Cidade, depois o Paço Episcopal, enfim, sempre existiu mais ou menos com aquelas dimensões.

No sítio onde hoje temos a Biblioteca Geral e o Arquivo funcionava um colégio também, o Colégio de São Paulo, e pensa-se que esse sítio foi a primitiva Universidade do tempo de D. Dinis.

Depois, do lado das Químicas, havia uma igreja, que era a Igreja de S. Pedro, que também desapareceu no âmbito das obras da Cidade Universitária.

E esse grande eixo da cidade era cortado por outro eixo que ia do Castelo ao Paço Real da Alcáçova. Também é um eixo muito antigo. Hoje, não sei que nome tem, talvez mantenha o nome antigo de Rua Larga, mas não faz sentido dar-lhe o nome de rua... Portanto, o Castelo da cidade ficava no Largo de D. Dinis – a estátua de D. Dinis assenta mais ou menos onde ficaria a Torre de Menagem do Castelo – daí vinha uma via que passava entre aquilo que são hoje a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Ciências e vinha direito à Alcáçova, cuja entrada já estava onde hoje temos a Porta Férrea. Era um eixo de comunicação importante da cidade.

No que diferia o funcionamento da universidade com o dos colégios?

JA: Eu não tenho grande conhecimento sobre como funcionavam propriamente os Colégios. Claro que cada um tinha o seu regulamento, não havia um regulamento único para todos os Colégios visto que cada um dependia de uma Ordem Religiosa e a Ordem Religiosa fazia o seu regulamento. Embora, com certeza, houvesse pontos comuns: hora de levantar, hora de deitar, horas das refeições, horas das orações (porque com certeza faziam muitas orações uma vez que eram estudantes das Ordens Religiosas). De maneira devia haver um regulamento que previa as obrigações, deveres e direitos dos estudantes e como funcionava a direção do Colégio. Mas sobre isso confesso que não tenho grande informação, nunca me ocupei muito desse assunto.

Que tipos de ensino professavam nos colégios?

JA: Nessa altura, não havia propriamente aquilo a que nós chamamos o liceu (eu chamo-lhe o liceu porque no meu tempo ainda andei no liceu). Portanto, no meu tempo fazia-se a escola primária (4 anos), depois entrava-se no liceu (fazíamos 7 anos de liceu) e depois havia o ensino universitário.

Bom, mas esse ensino secundário, entre aquilo que é hoje o 5º e o 12º, não estava organizado no séc. XVI – só foi organizado no séc. XIX – e, por isso, os estudantes que queriam ingressar na Universidade tinham que ter um ensino mais ou menos equivalente a esse ensino que hoje corresponde do 5º ao 12. Era esse ensino que era dado fundamentalmente nos colégios.

Acha que a extinção das ordens religiosas contribuiu para a degradação dos colégios?

JA: Contribuiu, óbvio que contribuiu por esta razão muito básica: se nós temos um edifício que foi construído para um determinado fim (neste caso para o alojamento dos estudantes e para aulas dos estudantes) e a certa altura se converte esse edifício num quartel ou num hospital (e temos imensos exemplos dessa reconversão de colégios e mosteiros em Coimbra e em muitas outras cidades), é evidente que depois há necessidade de fazer obras de adaptação. De modo que a degradação dos edifícios nem vem propriamente ou fundamentalmente de eles não serem reparados – não vem de não repararem os telhados, que os telhados a certa altura caem ou há infiltrações de humidade... não, não é isso – é a própria transformação do espaço que conduz a uma degradação e descaracterização. De maneira que sem dúvida que a extinção das ordens religiosas e dos respetivos colégios contribuiu para uma degradação.

Sabe que funções exerceu o Colégio da Trindade após a extinção das ordens?

JA: Olha, se queres que te diga, não me lembro muito bem. Eu frequentei a Faculdade de Letras na década de 1950, depois entrei como assistente na década de 1960. E, nessa altura, no Colégio da Trindade residiam estudantes. Não era uma residência universitária. Já nem me lembro propriamente quem era o proprietário do edifício, nem sei se era a própria Universidade já ou não.

Mas, de qualquer forma, tendo sido um colégio universitário, estava dividido em pequenas salas que eram as celas ou os quartos de dormir dos antigos estudantes, a função nessa altura, na década de 50 e na década de 60, era essa. Os estudantes alugavam ali os seus quartos e outras pessoas também. Acho que havia também alguns funcionários da Universidade que tinham ali quartos. Portanto, em 1950/60 tinha ainda uma função residencial.

Isso, como dizes, ter ali funcionado o Colégio da Rainha Santa Isabel, antes de ter sido construído o edifício novo, confesso-te que não tenho ideia, já não me lembro.

Lembra-se se ainda havia ocupações quando se deu o desabamento em 1988?

JA: Não posso precisar se já estava completamente vazio ou se havia aí alguns quartos alugados a estudantes. Do lado Sul realmente havia uma varanda muito bonita, muito bonita que até aparece em gravuras antigas da cidade. E é pena que ela tenha caído, tenha ruído, por incúria. E hoje nem sei exatamente qual o projeto que há para o Colégio: nem o projeto arquitectónico, nem propriamente o que a Universidade pensa fazer e instalar aí (até porque tem havido muitas ideias).

Mas o edifício está extremamente degradado e quando um edifício está extremamente degradado há uma certa liberdade de fazer dele qualquer coisa muito diferente daquilo que foi inicialmente. Se o edifício ainda está razoavelmente conservado, devem manter-se ao máximo os espaços como eles foram originalmente. Agora quando o edifício entrou numa ruína completa, como é o caso, há naturalmente uma grande liberdade para os arquitetos fazerem dali qualquer coisa diferente do que foi originalmente.

O que existia no espaço na altura de 2000?

JA: Não posso contar muito. A Tasca lembro-me perfeitamente dela. Acho que nunca lá entrei ou talvez tenha entrado mas não frequentava naturalmente essa tasca. Mas era muito frequentada por estudantes, muitos funcionários da Universidade e archeiros – ainda me lembro de um archeiro, que era assim muito vermelhusco, e ele estava sempre lá metido... era um archeiro que costumava estar à Porta Férrea mas volta e meia ia lá beber o seu copinho à Tasca, lembro-me da tasca.

E depois havia a Procuradoria Universitária, na esquina que fica voltada para o edifício da Químicas (por um lado para o edifício das Químicas por outro para o Justiça e Paz). E o que era a Procuradoria Universitária? No fundo era um particular, agora não me recordo do nome dele, que tratava de assuntos de estudantes: por exemplo matrículas, pagamentos de inscrições, etc... Nessa época, estou a falar dos anos 50/60/70, havia muitos estudantes voluntários (quer dizer, eram estudantes que não estavam obrigados à frequência regular das aulas) vinham quando podiam vir, naturalmente vinham sempre aos exames, mas não assistiam regularmente às aulas. E como estavam longe, tinham de ter em Coimbra alguém que lhes dissesse “olha, está na altura de pagar as propinas” ou “está na altura de fazer a inscrição para o exame” e era essa, digamos assim, a função da Procuradoria.

Além disso, estamos também numa época que, não havendo manuais, havia aquilo (que entretanto desapareceu) que era a sebenta. E a Procuradoria Universitária também vendia sebentas, não me lembro também se editava algumas sebentas mas vendia.

Ainda em 2003 havia residentes. E também a ideia que eu tinha é que, nessa altura, as pessoas que residiam no Colégio da Trindade algumas eram estudantes mas outras não, eram outras pessoas. E foi por isso que depois, a câmara, alojou essas outras pessoas. Eram pessoas que tinham os quartos alugados ou secções (podia não ser só um quarto, podiam ser dois ou três), mas não eram estudantes.

Para si, qual é a importância da recuperação do Colégio da Trindade?

JA: Olha, como eu não conheço o projeto arquitectónico, até nem sei se se pode falar propriamente de recuperação ou reabilitação... embora estes conceitos sejam muito discutíveis e às vezes historiadores de arte e arquitetos têm ideias diferentes do que se deve chamar recuperação ou reabilitação.

De qualquer forma, eu acho que nós só podemos usar os termos recuperação ou reabilitação quando se mantêm os espaços originais. Se porventura neste edifício se vão manter as paredes exteriores mas no interior se vai deitar tudo abaixo ou grande parte abaixo, eu acho não se pode falar de reabilitação ou recuperação, é uma reutilização do espaço.

E o que é que existe da igreja? A igreja foi profanada, desapareceu a talha, desapareceu tudo o que era decoração... ficou o espaço. Pelos vistos, esse espaço vai se manter e ainda bem, não sei o que lá vão fazer. Mas, pelo menos, esse espaço da igreja mantem-se. Com uma função completamente diferente, mas ainda bem que se mantem.

Anexo 5 – Entrevista com Ludovina Cartaxo Capelo.

Ludovina Cartaxo Capelo, arquivista aposentada, trabalhou no Arquivo da Universidade de Coimbra.

Que género de documentos relacionados com o Colégio de Trindade estão no Arquivo da Universidade de Coimbra?

LCC: O Arquivo da Universidade de Coimbra possui à sua guarda documentos interessantíssimos. Há muita documentação que precisa de ser sumariada, porque só sumariado documento a documento é que sabemos o que na realidade existe.

Relativamente ao Colégio da Trindade, a sua maioria são títulos de propriedade, privilégios, alvarás e outros documentos relacionados com a administração financeira e patrimonial do colégio. Esta documentação, como é relativamente pouca, foi tratada. Todos os documentos estão sumariados e foi feito um quadro de classificação. É constituído por documentos em série que corresponde à tipologia formal dos atos. É claro que toda a documentação está ordenada cronologicamente.

Existem documentos relativos à fundação do Colégio da Trindade?

LCC: Dentro da documentação do Colégio, cumpre-me dizer que alguns estudantes da Ordem da Santíssima Trindade já se encontravam em Coimbra no ano de 1552, em pequenos edifícios junto à Sé.

Este edifício do Colégio da Trindade começou a ser construído em 1562. É claro que os frades do Colégio têm de começar a comprar espaços para o seu edifício. Assim, há uma escritura de compra de propriedades – temos várias propriedades aqui no Colégio para alargarem as casas – que tem um selo de chapa. É um documento de 1574.

Para além desse documento(que acho interessantíssimo), temos aqui três alvarás dos reis, assinados e autênticos. Como sabemos, os reis sempre protegiam o ensino. Este primeiro é de D. Sebastião, portanto 1574. Este é de Filipe I, 1586, em pergaminho, papel pergaminho. E este é de D. João V, também um documento assinado pelo rei.

Que detalhes relativos ao Colégio dão estes documentos?

LCC: Compras de propriedades: casas e quintais que havia aqui, onde ficou decidido que seria o edifício.

Por exemplo, temos este alvará de D. Sebastião, de 1574: é uma troca com a câmara de Sintra que cede ao Colégio o direito de senhorio de um quintal junto ao edifício do mesmo. Este, de D. Sebastião, dá ao Colégio o privilégio de poder ter um homem que lhe compre o gado e lhe parta a carne. Este, de D. João V, dá uma mercê de 100.000 reis, todos os anos, durante três anos, ao Colégio.

Relativamente a escrituras, há imensas para o património. Logo que eles iniciam e começam a espalhar que querem fundar o colégio, as dádivas aparecem. Há muita gente a doar para o Colégio: uns a dar propriedades aqui junto ao sítio do Colégio da

Trindade; outros a fazer trocas com os frades; e ainda outros dão propriedades a troco de missas (porque se valorizava o além e eram missas enquanto o mundo fosse mundo...).

Para além destas mercês que os reis concediam aos vários colégios, temos aqui na continuação das propriedades uma carta de sentença (entre o Colégio e alguém) que obrigam a demolir um forno, que se situava em frente ao futuro dormitório do Colégio (o forno em principio faria fumo e prejudicaria os colegiais). O documento está muito estragado, as tintas são muito ferruginosas e rompem o papel, é uma pena não estar restaurado. Este documento é de 1574.

E documentos em específico sobre a fundação do Colégio da Trindade?

LCC: De 1575, temos um alvará para tomarem posse da Travessa e da Rua da Trindade.

O documento é de 11 de janeiro de 1575, e nele é autorizado que os colegiais tomem posse de um pedaço da Rua e Travessa da Trindade.

Gostaria ainda de chamar a atenção para este documento que nos aparece no fim deste tombo, que está datado de 1587, ano em que se começou a igreja do referido Colégio. Temos aqui as várias pessoas que estão presentes neste ato. Diz aqui “colocou a primeira pedra o Reitor da Universidade, que era D. Fernando Martins Mascarenhas, a 2ª o Reverendo Padre Provincial, Frei Roque do Espírito Santo, a 3ª António dos Santos, Reitor do Colégio e a 4ª Sebastião Tavares, visitador. O documento é muito interessante porque, de facto, em 1587, vai ser iniciada a igreja do colégio.

Que outros documentos interessantes existem relativos ao Colégio?

LCC: Temos aqui outro documento muito importante para nós. É uma licença da câmara para os padres do Colégio fazerem um arco de pedraria e passadiço de acesso ao Pátio da Universidade. O documento também está muito mal conservado, muito degradado. Este documento leva-nos a dizer que, como sabemos que quando na capela da Universidade não podiam ser rezadas as missas, as missas eram rezadas no Colégio da Trindade. Daí o passadiço, para que não tivessem de ir à volta, passavam diretamente. Esta licença data de 1627, outubro 1. Não encontramos documentação relativa à destruição do mesmo.

Sobre as missas da Universidade rezadas no Colégio, existe alguma documentação?

LCC: Sobre as missas temos aqui escrituras de doação. O que é isto? Isto são as pessoas a comprar, no Outro Mundo, o seu pedacinho para estarem. Estas escrituras têm a finalidade de rezar missas após a morte do indivíduo que fez a doação. Neste caso temos aqui uma doação irrevogável (que não pode voltar atrás) que é feita ao Colégio por Manuel Jorge – clérigo. Ele deixa as suas propriedades com obrigação do Colégio rezar 3 missas por sua alma em cada ano. Está aqui o documento, é datado de 1596. Também com alguma humidade, todos os males que a maioria dos documentos têm.

A seguir temos este, de 1596. Ao longo dos anos, sempre se foi tentando esse comprar o céu através de missas. Esta é uma escritura de doação de 1712, também a finalidade dos bens que deixa ao Colégio é de mandar rezar uma missa todos os domingos e dias santos para todo o sempre. Quem é o dador? O dador é um Dr. António de Sousa, em nome do seu pai, Manuel Mendes da Fonseca Trovão, lente de prima de Medicina. Portanto, era um lente e ele deixa anualmente a conta de 4000 reis para ornamentos e para lentes da referida capela e colégio. Está aqui o documento, foi feito entre 1705-1712.

Depois deste documento, temos outra doação. Este é uma instituição de capela ali na igreja. É feita por Manuel Duarte Sintra, com obrigação de uma missa quotidiana por dia por sua alma. E ele deixa 2035200 reis. Era uma loucura na época daí também a questão de ser uma missa quotidiana. Este senhor, para além de ter muito poder monetário, também continuava a mandar rezar as missas por sua alma e achava que só elas o salvariam e não os seus atos em vida.

Pergunta 7 – selos de chapa e defesa de fronteiras (min 25:50)

LCC: Acontece, como veem, que a documentação deste colégio é muito pobre. O seu estado é mau, tentamos limpar, preservar e resguardar o mais possível.

Mas vamos continuar. É que dado as tantas doações, tantas trocas, tantas compras, os padres viam-se obrigados a fazer autos de tombo – isto era, ir ver as confrontações das suas propriedades.

E em 1802, vemos aqui o colégio a fazer um tombo de uma propriedade muito conhecida aqui em Coimbra – que é a Quinta da Giralda. O interesse deste documento é que as propriedades do Colégio não se limitavam ao edifício em si, mas abrangia o que as pessoas deixavam aqui e ali e por todo o país.

Temos aqui uma confrontação com o Mosteiro do Lorvão. Temos aqui a D. Ana Luísa de Vasconcelos Coutinho, Abadessa do Real Mosteiro de Lorvão, a nomear o seu procurador para vir defender as suas fronteiras, e o seu selo de chapa – assina ela e assinam as várias priorosas e freiras do convento (é muito interessante para ver na época quem lá estava).

Para além delas, temos aqui no Mosteiro de Santa Clara, D. Ana Máxima de Alencastre, também nomeia o seu procurador para ir tratar das suas propriedades, para que não haja posse ilegal das suas propriedades, e assina ela e várias freiras do convento e priorosas. O selo de chapa é muito interessante e de muito valor porque muitos se perdem, perdem esta qualidade, e caem dos documentos.

E existe algum documento do Colégio da Trindade após a extinção das ordens religiosas?

LCC: Em 1834, o Colégio da Santíssima Trindade, bem como muitos outros, é extinto. Com a sua extinção, os seus arquivos são integrados na fazenda nacional, que teve, como sabemos, consequências desastrosas. Desarticula-se o seu cartório.

Depois, com esta história toda, o que acontece é que o Colégio acaba por ser arrendado a particulares. No ano de 1849, é vendido em Praça Pública ao Padre Manuel Simões Dias Cardoso. Mas a igreja, o claustro e as pequenas dependências anexas ficaram na posse da Câmara Municipal que lhe deu vários destinos, tendo aqui funcionado o Tribunal Judicial da Comarca até 1870.

Depois, a sua degradação é enorme, como sabemos, em 1998 a igreja do Colégio desmoronou-se. E nos anos de 2007-2008 realizaram-se trabalhos arqueológicos e desde 2009 que está sendo intervencionado tendo por finalidade a criação e instalação do Tribunal Universitário Judicial Europeu.

Há algum registo de inventário do Colégio da Trindade?

LCC: Em 1834, com a extinção das ordens religiosas em Portugal, o Estado obriga as instituições a fazer um inventário. O ato de inventário, como todos sabem, é dizer aquilo que se possui. Este mais pequenino até tem aqui o preço que é atribuído às

mais diversas coisas de que é constituído este inventário (desde as propriedades, ao cálice e aos bancos... tudo era inventariado) – o que nos dá uma ideia do quão pobres ou ricos eram os conventos ou mosteiros que nesta altura foram para o Estado.

E sobre as ocupações após a extinção? Há algum registo escrito?

LCC: Sobre o Tribunal Judicial que ali funcionou, temos aqui do Ministério da Fazenda uma carta, datada de 1884, em que diz onde funcionou o Tribunal Judicial desta cidade. Portanto, só a documentação é que nos prova aquilo que existiu.

Noutra carta aqui, também do Ministério da Fazenda, já passados 10 anos, de 1894, fala-se para o estabelecimento da Escola de Desenho Industrial Brotero, que também estaria para aqui funcionar.

Mas o que nos entristece sobre os colégios é que a Fazenda Nacional, o Estado, os Reis e quem os representava não tomou as devidas precauções e a documentação acaba por se perder e deteriorar ao longo do tempo, porque os arquivos normalmente são guardados nos piores sítios – ou nas caves, ou nos sótãos. É uma pena porque a documentação, para mim enquanto arquivista, não é nossa, não é do Estado, mas é dos nossos filhos e dos nossos netos. A nossa obrigação é preservar e guardar porque a nossa história, a histórias destas instituições, está nestes documentos.

Existe algum documento com os estatutos ou regulamentos do Colégio da Trindade?

LCC: Todas as casas têm os seus estatutos. Conhecem os estatutos das universidades e até as próprias normais de um colégio qualquer. Todos estes colégios tinham. Já tenho visto nalguns, relativamente a este não chegaram até nós nenhuns estatutos e nenhuma normas que regularizem a situação. É uma pena porque, normalmente, vem lá desde as horas a que estudam, as horas a que vão as aulas, as horas das missas, as horas das orações, o que têm vestido, quem pode e não pode entrar no colégio... portanto tudo isso nos revelaria o dia-a-dia desta casa, deste colégio. Nós não temos no Arquivo da UC, pode haver em Lisboa na Torre do Tombo, pode estar em qualquer lado. Mas, de facto, nós não temos e lamentamos.

Porque acha importante a preservação destes documentos e do edifício?

LCC: Deste registo quero chamar a atenção para o facto de serem documentos únicos no mundo, escritos normalmente com aparo em que o depósito é um bocadinho de

tinta de nada (que a maioria das vezes era feita no próprio colégio, o que nos dá algumas tintas muito ferruginosas que comem, deterioram e estragam o papel). Documentação em pergaminho apenas foi encontrada a mercê de Filipe I, assinada pelo rei, que dá ao colégio o privilégio de ter carnicheiro para comprar e cortar a carne. Teria aqui um selo que com o tempo e o desgaste desapareceu, não chegou a nós. Sobre o edifício, do que me lembro desde que aqui estou, foi o desmoronamento da igreja que destruiu muito e foram retiradas as portas do edifício, que eram lindíssimas, com gravuras. Sei que na cerca tinha uma cisterna, havia uma varanda renascentista, para a Rua da Couraça. Não havia janelas no rés-do-chão, apenas havia a varanda renascentista.

Anexo 6 – Entrevista com Rui Lobo.

Rui Lobo, arquiteto e docente de arquitetura no Departamento de Arquitetura da UC, com estudos e levantamentos realizados sobre o Colégio da Trindade.

Qual a importância arquitectónica do Colégio da Trindade aquando da construção?

RL: Havia vários colégios em Coimbra. Em Portugal há Colégios Universitários em Coimbra e alguns (poucos) em Évora. Portanto, é um edifício dessa tipologia. Embora essa tipologia de edifícios tenha dois conjuntos diferentes.

Há uns edifícios que são de ordens religiosas, uma espécie de pequenos conventos que estavam na cidade para onde as ordens mandavam os seus estudantes que queriam aprofundar conhecimentos – além de aprender latim, as línguas clássicas, a retórica, por aí fora... se quisessem tirar um curso superior em Teologia mandavam-nos para o convento aqui em Coimbra. E este, era um Colégio da Ordem dos Trinitários, portanto, era um edifício do tipo de Colégios das ordens religiosas.

Havia outros, mais raros, que eram edifícios Seculares. Não pertenciam a ordens religiosas, eram mais parecidos com um pequeno palácio urbano – o Colégio de S. Paulo, por exemplo, que era onde está agora a Biblioteca Geral, logo acima do Colégio da Trindade, era um colégio secular.

Portanto, havia esses dois tipos de colégios diferentes: uns que eram uns conventos, dos colégios religiosos; e outros que eram uma espécie de palácio, dos colégios seculares.

Que mais detalhes pode dar da tipologia de colégio de que faz parte o Colégio da Trindade?

RL: Há que distinguir: uma coisa é o colégio; outra é a igreja.

Estes colégios religiosos tinham, normalmente, uma igreja exterior, perceptível e com uma volumetria própria – é o caso da Trindade, que foi a parte que caiu na famosa derrocada dos anos 80, foi grande parte da igreja que caiu. E depois tinha as outras partes: um claustro, a sala do capítulo, as celas dos monges, dos estudantes...

O que é interessante no Colégio da Trindade é que as celas estão todas voltadas para um terreno interior. Os quartos dos estudantes não estavam voltados para o exterior, estavam voltados para um terreno interior que era uma espécie de horta do colégio.

E tem outra parte interessante, o Colégio implanta-se na Alta, no novo bairro da Alta que foi lançado por D. João III, que tem um esquema de quarteirões – de ruas mais ou menos paralelas ou perpendiculares entre si e uns quarteirões – e o edifício adapta-se a um quarteirão (é um edifício quarteirão), que tem esse terreno no meio, a horta, entre a igreja e o braço dos dormitórios (que faz uma espécie de um L) que dá a volta a essa horta. E os quartos estavam virados para esse terreno particular, e ficavam por cima da muralha da cidade – tinham uma vista sobre o rio – mas por fora o corredor só tinha umas janelas altas para não ser possível espreitar.

Portanto havia essa disposição particular no edifício que o torna interessante.

Qual a importância dos elementos arquitectónicos do Colégio para o património artístico e cultural de Coimbra?

RL: Estes edifícios são importantes porque faziam parte de um sistema de edifícios que só existe em Coimbra (porque Coimbra era praticamente a única universidade do país). Portanto, é um conjunto de edifícios que, muitos deles, desapareceram com a demolição da Alta do Estado Novo. Ainda existem alguns na Rua da Sofia – que é uma rua que tem uma série destes colégios religiosos, com uma igreja e um claustro e dormitório, como o do Carmo e o da Graça. Portanto, isso é um sistema de edifícios que existe em Coimbra porque é uma cidade universitária, em Évora existia um ou

outro porque também houve uma universidade jesuíta na Idade Moderna, por isso Coimbra é um caso único em Portugal no que toca a esses edifícios.

Embora, de facto, estes colégios religiosos sejam conventos – também temos conventos em Lisboa e no Porto -, mas estes têm uma biblioteca e uma sala de aulas, e estes elementos tornam particulares os edifícios de Coimbra.

Porque é importante para o meio urbano recuperar os colégios universitários?

RL: Eles perderam importância porque, quando a Alta foi destruída, ficou o Colégio de São Jerónimo e pouco mais. Depois há outros edifícios também chamados colégios como o dos Jesuítas, mas que já é um tipo de instalação própria, muito maior, mas que não era propriamente um colégio universitário, era um convento da Ordem dos Jesuítas.

A importância deles... eles têm uma importância urbana. Por exemplo, a Rua da Sofia é um elemento estruturante da cidade, é um eixo renascentista, foi feito com colégios e é um eixo muito importante do renascimento português. É um grande eixo, quase com meio quilómetro de comprimento, uma espécie de campus universitário linear, feito de raiz, do séc. XVI. E isto torna-a um elemento importante.

Portanto, neste aspeto, tem uma presença na paisagem urbana de Coimbra. E alguns colégios, como o Colégio dos Agostinhos que tem uma grande presença urbana na cidade, e os Colégios na Alta que sobreviveram à grande demolição dos anos 40, marcam o renascimento em Coimbra.

Antes do desabamento o Colégio da Trindade já se encontrava em ruína?

RL: Ele já devia estar em muito mau estado. Viviam lá pessoas, que continuaram até depois disso, havia a famosa Tasca do Pratas... mas o edifício estava em muito mau estado. Eu sei que a igreja, depois de acabarem com as ordens religiosas, foi muitas coisas, por exemplo foi um tribunal (e é curioso que vá voltar a ser um tribunal), foi uma loja de marcenaria, a parte superior do Colégio foi um colégio feminino... portanto, teve várias ocupações durante o séc. XIX e o séc. XX.

Depois, uma parte interessante, a parte dos quartos e do dormitório, estava virada toda para dentro, foi toda retalhada e fizeram janelas e portas para a rua. Portanto, aquelas janelas e portas que se viam até antes da obra começar, são obra mais recente da ocupação e repartição de pessoas que foram morar para o Colégio.

Que funções tinha o edifício em 1999 (data do seu levantamento)?

RL: A igreja estava abandonada e em ruína. Logo depois da derrocada houve uma obra. Houve um projeto de reconstrução que foi, inicialmente, aprovado. Depois, nas instituições do património, foi chumbado e a obra parou. Mas a parede sul da igreja já tinha sido reconstruída em betão, já a prever a recolocação das pedras recuperadas e da varanda renascentista sobre o Rio Mondego no flanco da igreja. Portanto, quando reconstruíram a igreja em betão, já reconstruíram preparada para depois levar a placagem de pedra por cima. E a igreja está bastante bem porque conseguiram colocar no flanco sul as pedras todas da parte de dentro. Se for hoje à igreja, ela está mais ou menos restaurada ou pelo menos está muito próximo de antes da derrocada.

Foi pena não se ter contemplado, quem acompanhou o projeto agora nunca falou na questão da varanda. Eu fiz um estudo, em 1999, com uns alunos daqui do departamento (que me ajudaram a fazer os levantamentos) e preparamos o concurso com a possibilidade de retomar a varanda ou uma interpretação contemporânea da varanda com as pedras que lá estavam, que era o elemento arquitectónico que distinguia o Colégio. E, aparentemente, isso não foi contemplado no projeto. Não sei se foi um lapso do acompanhamento do projeto. Eu não tive mais relação nenhuma com o projeto, não por vontade minha mas foi assim que as coisas se passaram, e portanto não sei. Tem de perguntar a outras pessoas porque desapareceu a varanda quando podia ter sido restaurada ou reinterpretada. Eu acho que tinha valido a pena.

Regressando à pergunta, o que existia no Colégio em 1999?

RL: A igreja estava vazia e havia o Pratas e havia umas 3 ou 4 famílias que moravam nas casas. Havia uma loja filantrópica, que era na porta dos carros, junto à entrada da Couraça de Lisboa (há ali um arco que era a porta dos carros de bois para abastecer o colégio) e havia uma loja que era a procuradoria (era um senhor que vendia uns impressos, umas revistas). Nessa altura estava a fechar por isso durou pouco mais esse estabelecimento comercial.

Com o desabamento, quanto património artístico se perdeu?

RL: A varanda perdeu-se e foi a parede da igreja. A igreja recuperou-se e a espacialidade da igreja está lá e foi um aspeto positivo dessa intervenção. Depois, o projeto do colégio a seguir tinha uns problemas, foi por isso que foi chumbado. Nivelava os níveis todos do Colégio e isso eram coisas que se estavam a começar a

pôr em causa. Era o que se fazia no tempo dos monumentos nacionais. Nós olhamos agora para os monumentos nacionais recuperados e parecem antigos mas têm 50 anos... e essa era uma intervenção um pouco nesse registo. Esses conceitos de intervenção e património estavam a ser revistos e nessa altura não se deu continuidade a esse projeto. E depois é que se partiu para a hipótese de se organizar este concurso com uma nova função e um novo projeto.

Qual é a disposição arquitectónica do edifício?

RL: O edifício tem uma característica interessante, é um edifício que acompanha o declive. Ele está numa zona em que o planalto da Alta começa a descer. Portanto, no piso da entrada só cabe o pavimento da igreja, o claustro e a Sala do Capítulo. A entrada faz um percurso particular também devido a essa questão da topografia. Depois tem um piso do refeitório, cozinhas e armazéns, que é um piso intermédio, é o piso térreo da zona mais alta. E depois é que tem os dormitórios.

A igreja parece que tem essa altura, mas ela ganha altura interior, porque tem mais um piso para baixo. Tem um impacto maior porque é feito na zona em que o desnível é maior. Quem vem de baixo, da Couraça de Lisboa, vê uma grande igreja, mas a igreja não sobressai depois nos telhados, porque o chão vai subindo à medida que vamos andando para o lado nascente do edifício. Essa distribuição é interessante.

Tinha alguns espaços... a Sala do Capítulo ainda lá está, ela foi alterada no séc. XIX – eu propus que ela pudesse ser recuperada na sua espacialidade anterior mas não foi possível. Tinha outros espaços que eu acho que eram importantes. Esta intervenção que foi feita de “estabilização da ruína” (em 2009) destruiu mais do que o abandono do edifício nos últimos anos, porque eles fizeram tábua rasa. A intervenção que foi feita, aparentemente de segurança, foi realizada com pouca atenção às pré-existências. Desapareceu o refeitório – era um espaço que estava lá marcado, ainda lá está mas não sei se vai ter importância para o projeto -, e um espaço que tinha algum interesse era a biblioteca, que estava por cima do claustro, do lado sul, entre o claustro e a igreja no último andar, desapareceu também.

As bibliotecas são um elemento importante para os colégios porque, no séc. XVIII, (os livros eram passados à mão e copiados, com a imprensa no séc. XV e no séc. XVI os colégios começaram a ter boas coleções de livros) e no séc. XVII e no séc. XVIII a maior parte dos colégios tem um novo espaço, que era construído normalmente num ponto alto para ter luz, que eram as bibliotecas. E a biblioteca do Colégio da Trindade

desapareceu nessa intervenção. Eu acho pena, não sei quem é que acompanhou o processo e fiquei muito admirado com essa situação.

Do que conhece do atual projeto de recuperação, acha que o Colégio da Trindade está a ser bem preservado?

RL: Sim. Eu falei na intervenção da igreja, parece-me que foi uma intervenção de valorizar, conseguiram recuperar o espaço interior da igreja que era o espaço mais digno daquele colégio, mais monumental. Portanto, nesse aspeto acho que foi uma intervenção onde houve cuidado. Depois, o claustro penso que também se está a recuperar o nível original do claustro – que tinha subido um pouco com o tempo e descobriram, com sondagens, que era preciso baixar 15cm para se recuperar a altura onde assentam os pilares do claustro – isso penso que também é um aspeto positivo. Acho que o arquiteto é um bom arquiteto, é reconhecido internacionalmente e portanto não tenho nada a comentar sobre ele.

Acho é que houve um problema de acompanhamento deste processo enquanto a obra não avançou, houve aqui um intervalo que foi prejudicial ao edifício e que se perderam alguns elementos importantes que marcavam o funcionamento do edifício e que o caracterizavam enquanto colégio. A intervenção de urgência foi muito radical, consistiu em limpar o interior todo do edifício e acho que é um conceito muito discutível em património.

Para si, qual é a importância da recuperação do edifício?

RL: Vamos lá a ver, é uma reabilitação, uma remodelação. O edifício não vai ser como era. Mas eu acho importante, pois a alternativa era ele desaparecer, ser destruído. E, portanto, há partes importantes que vão ser mantidas - a igreja, o claustro, a noção de um quarteirão ocupado por um edifício único –, eu acho isso muito importante.

E depois não é só a própria obra em si mantém o edifício. Toda a produção técnica que é feita, os estudos que são feitos, as fotografias que são feitas, os registos que ficam... há uma série de material que vai ficar produzido e vai ficar registado, e quem quiser estudar este colégio no futuro e quiser saber como edifício era no passado, vai haver material para se poder fazer esse estudo. Eu acho que é importante para tudo, para renovar a cidade... ele está num local muito importante, muito central – junto ao Paço das Escolas. E, portanto, era um bocadinho incompreensível estar ali aquela

ruína há 30 anos ou há 40 anos, naquele sítio, sem que se fizesse nada. Fazia todo o sentido a intervenção de reabilitação e remodelação do edifício.

Anexo 7 – Entrevista com Sónia Filipe.

Sónia Filipe, arqueóloga da reitoria da Universidade de Coimbra.

Quais os vestígios mais antigos encontrados durante as escavações arqueológicas?

SF: Penso que a primeira intervenção arqueológica, deste colégio, na qual participei foi em 2002, já na lógica de transformação do edifício para, inicialmente, o colégio de estudos europeus e, posteriormente, o tribunal judicial europeu, agora casa da jurisprudência.

E, nesse sentido, ao longo das diversas fases sempre que havia afetação a nível patrimonial, fosse a nível de subsolo ou a nível da estrutura edificada, foi necessário fazer um conjunto de trabalhos arqueológicos prévios ou de acompanhamento de fase de obra que foram sendo seguidos por mim e por um grupo alargado de outros colegas, que participaram ao longo dos anos nas diversas fases de intervenção que o edifício já conheceu nestes últimos anos. Fases de intervenção.

Desse ponto de vista, nós conseguimos recolher um conjunto de informações que nos permitem, de alguma forma, conhecer parte daquilo que podemos considerar o bilhete de identidade daquele espaço. Quer naquilo que diz respeito às transformações que o Colégio sofreu e operou naquele território, quer naquilo que lhe é pré-existente.

Do ponto de vista físico, os registos mais antigos prendem-se com a definição de um compartimento escavado na rocha da época romana, com não só o pavimento em *opus signinum* (aquilo que é comumente chamado o cimento da época romana), mas também com as paredes ainda revestidas revestida com frescos, com pinturas. Através de um protocolo que nós temos com o Museu de Conímbriga, foi feito o levantamento desses frescos do seu local de depósito (uma vez que, por execução de projeto, aquele espaço só podia ser preservado pelo princípio da preservação do registo científico). E, neste momento, os vestígios encontram-se nos laboratórios do Museu de Conímbriga para serem limpos, tratados e posteriormente reutilizados ou mostrados, no Colégio ou em outro espaço, para não se perder este testemunho.

Nós sabemos que, quando o Colégio da Santíssima Trindade e da Redenção dos Cativos opta e decide instalar um Colégio Universitário em Coimbra, no séc. XVI, no âmbito da transferência definitiva da Universidade, eles compram um pedaço de chão, um pedaço vazio de construção, junto ao Paço Real. Mas, para além disso, compram um conjunto de casas. Portanto, eles vão progressivamente fazendo intervenções, unindo as casas entre si, adaptando as construções pré-existentes para a função colegial e deparam-se com uma questão: a meio da sua propriedade, entre o pedaço de chão e o pedaço construído, existe uma rua, (que seria mais ou menos a continuação da rua entre colégios que ainda hoje existe). Colocada essa questão, logo em 1575, eles entram em negociações com a Universidade e é-lhes dada a autorização para que se feche essa rua, com algumas contrapartidas. As contrapartidas são então pavimentar mais a oeste (e isso ainda hoje existe, no fundo isso é a Travessa da Trindade), e assumir o compromisso de nunca sobre-elevar os telhados de forma a constituir um obstáculo visual da leitura que do Paço Real se tem do rio. Portanto eles cumprem as condicionantes que lhes são colocadas.

Nas escavações arqueológicas nós encontramos vestígios e evidências físicas dessa rua. Encontramos vestígios e evidências destas casas medievais e tardo-medievais pré-existentes – é curioso que nós temos a continuidade de determinados compartimentos destas casas pré-existentes ao Colégio que nos aparecem embebidas na parede da fachada principal e depois no exterior para o logradouro do Colégio.

Uma das mais-valias dos trabalhos desta natureza é que, efetivamente, dão-nos informação sobre o que subsiste, o que fica no registo dos edifícios. Eles são capazes de nos contar a história da sua evolução, das suas construções, desconstruções, oblações... Isso vai ficando no registo. E vai ficando não só no registo sedimentar – não só a nível daquilo que é o entendimento da arqueologia mais “normal” ou “corrente”, não só na terra -, mas também nas estruturas edificadas, nas próprias paredes. Isso tem sido um processo bastante interessante de descoberta ao longo destes anos. E foi bastante curioso termos conseguido comprovar e verificar que ainda existem estes testemunhos.

E sobre a vida no Colégio? O que nos contam os vestígios?

SF: Os vestígios contam-nos bastante daquilo que foi a vida comum daquela comunidade. E aqui entendemos vestígios numa diversidade muito grande de suportes. Portanto, os documentos do passado que nos chegam não são apenas aqueles

que nos ficaram pelos registos da ordem – pelos documentos que guiam a organização e o que se vai passando na ordem, que eles enviavam ao seu representante máximo. Os vestígios que nos ficam são aquilo que ficou perdido, que ficou deixado, que ficou abandonado. E aí temos das coisas mais comuns da vida quotidiana: produtos de higiene, produtos de serviço, de preparação de alimentos, de contentorização. Temos de todos esses objetos um volume bastante grande e bastante alargado no tempo que nos comprova a utilização destes suportes. Portanto temos materiais do séc. XVI, depois do XVII e do XVIII e do XIX.

Temos também os vestígios estruturais, restos de elementos arquitectónicos, das transformações. Temos, por exemplo, uma história muito interessante com uma coluna em que, por redefinição do espaço em que se encontrava, aquele compartimento passa a ter outras dimensões, e é criada uma parede. Essa coluna ficou escondida até aos dias de hoje dentro dessa parede e só agora conseguimos visualizar quais seriam as dimensões dos compartimentos em momento anterior.

Para além desses vestígios, temos também alguns vestígios bibliográficos, o registo de alguma documentação – essa nós não temos a certeza absoluta que pertença à Ordem da Trindade porque, nesse espaço, funcionou uma procuradoria durante muito tempo e os elementos encontrados não estavam em depósito primário, estavam arrumados e escondidos num canto. Mas temos alguns restos de documentos que nos remetem para esse período e temos também os testemunhos osteológicos. Ou seja os próprios vestígios de enterramentos de colegiais, em mais do que um ponto do Colégio, que nos dão testemunho e, depois de estudados, nos darão efetivamente uma contribuição muito grande para conhecer a faixa etária, dieta, as doenças, a idade à morte... todas essas informações.

Junto com os enterramentos temos aquilo que é comum encontrar. Por exemplo, agora, na última fase de sondagens prévias, escavamos um conjunto interessante de enterramentos ainda com conexão anatómica, ainda com restos de sapatos, restos de algum vestuário, algumas contas de rosário ainda associadas... Portanto, é muito vasto o volume e a natureza dos vestígios que nos são oferecidos pelo edifício.

Pode dar mais detalhes sobre o que nos dizem os vestígios osteológicos encontrados?

SF: Nós temos enterramentos em mais do que um ponto do edifício e eles têm características ou condicionantes distintas para a forma como esses enterramentos foram feitos.

Uns, que foram o primeiro conjunto de vestígios osteológicos humanos a ser escavados, apareceram no pátio interno. Não no claustro, no pátio interno. Um contexto de enterramentos sem grandes preocupações de orientação, simples, em covacho simples, com a presença de uma camada muito grande de cal a cobrir esses mesmos enterramentos. Esses poderão estar associados a um momento de uma doença, da peste, de um problema qualquer em que muito rapidamente é preciso proceder ao enterramento de um conjunto significativo de colegas que ali morreram. Por outro lado, junto ao claustro, num local específico onde se promovia o enterramento dos reitores do Colégio e de outros residentes, foi possível encontrar um conjunto de enterramentos que nos atestam uma diacronia de utilização daquele espaço como espaço sepulcral muito grande (a julgar pelas inscrições e pelas lápides sepulcrais que ainda existem) e que nos mostram um cuidado e um dispor do espaço organizado – nós temos enterramentos em inumação e as chamadas reduções (em que é necessário criar espaço então enterra-se o novo inumado e os restos do anterior são colocados aos pés do inumado). Esta é a situação normal.

É curioso ver que, até agora, tanto no pátio como junto ao claustro, os enterramentos vêm comprovar que, efetivamente, só temos enterramentos masculinos (bate certo, atendendo que só homens é que andavam na Universidade naquele período), e temos ou jovens adultos ou adultos maduros (também bate certo com a faixa etária daquilo que eram as pessoas que ali viviam, a comunidade residente – ou mais madura, ou os que entravam para fazer os seus estudos e depois, por algum motivo, acabavam por falecer).

Portanto, as informações são muito importantes mas agora, com o continuar dos estudos e o aprofundar do estudo destes vestígios osteológicos, teremos informação bastante interessante sobre idades, dietas, o que comiam, que doenças sofriam, as causas da morte – nós temos ali algumas que, por uma primeira observação, já é possível ir apontando alguns fatores, outros necessitarão de trabalhos posteriores.

São trabalhos que normalmente se iniciam findo este processo de intervenção física no espaço porque, este sim, coloca-nos perguntas e desafios que temos de responder muito rapidamente. Portanto, terminada esta fase, inicia-se essa fase de tratamento do

volume de informação recolhida que, no caso do Colégio da Trindade, é muita e de suporte diferente.

Sabe dizer, com base nos vestígios, se o Colégio da Trindade tinha uma particular importância no seio da cidade?

SF: Eu não tenho esse estudo ainda feito. Esse é um tipo de informação que nós daremos enfoque uma vez terminada esta fase de empreitada no edifício.

Nós sabemos que muito se perdeu. Sabemos que as próprias ordens não entregaram tudo. O que foi armazenado não corresponde à totalidade dos registos existentes. Daqueles que existem, não sei dizer especificamente sobre o Colégio da Trindade se existe alguma preciosidade.

Sabemos, por outras publicações e outros documentos, que há um conjunto de testemunhos (dos quais nós utilizamos alguns) destas relações anuais, que eram enviados à Ordem dos Trinitários, que nos mostram alguns dos aspetos do quotidiano na vida do Colégio da Trindade.

Também sabemos pela documentação da Universidade, pela documentação da cidade e pelos registos documentais que permanecem que o Colégio da Trindade tinha relações importantes, interessantes e continuadas com a Universidade. O Colégio Foi alvo de diversos padroados régios e, por isso, sim, é um Colégio bastante interessante. Por exemplo, quando não era possível realizar o ofício da missa na Capela Real de São Miguel, era na igreja do Colégio da Trindade que, na maior parte das vezes, ela se realizava. Não só por questões de proximidade, mas também por esta questão de relações entre a Universidade e esta ordem.

Que mais sabe dizer sobre a relação entre o Colégio da Trindade e a Universidade?

SF: O Colégio da Trindade desde logo tinha uma relação de vizinhança. Ainda à relativamente pouco tempo, numa outra oportunidade, explorei precisamente a questão da vizinhança entre o Paço das Escolas e o Colégio da Trindade. Portanto, desde logo por uma questão de proximidade física.

Por outro lado, a Ordem da Santíssima Trindade era bastante acarinhada e tinha bastante importância. Daí eu já ter falado nos sucessivos reforços de padroado régio e de incentivos e doações régias.

Portanto, nesse sentido há efetivamente uma relação muito próxima e regular entre o Colégio da Trindade e a Universidade, que é muito visível a nível da celebração de culto. E esse período das obras na capela da Universidade é um dos períodos mais marcantes porque acontece de forma continuada. Sabemos, para além dessa forma continuada, que em situações mais esporádicas este era um acontecimento que se repetia. Portanto, não é apenas uma situação episódica desse período devido à questão das obras. Por várias vezes, a Igreja da Trindade, que para além disso é uma igreja muito bonita, foi utilizada como a igreja de culto da Universidade.

Em que tipo de colégio se insere o Colégio da Trindade?

SF: O Colégio da Trindade insere-se no terceiro modelo. É uma comunidade religiosa que se instala numa lógica, que pós-1537, é bastante seguida em Coimbra. São mais de 20 colégios universitários. Estabelece-se uma rede de mais de 20 colégios universitários e o Colégio da Trindade inscreve-se como um colégio, que até pelas suas características arquitectónicas, segue o modelo conventual e, portanto, onde os jovens e os religiosos que ingressaram na Ordem da Santíssima trindade e da Redenção dos Cativos vêm continuar os seus estudos superiores e viver em comunidade. Portanto, segue este modelo.

O que aconteceu ao Colégio com a extinção das ordens religiosas?

SF: Após 1834, o edifício conhece um de dois destinos: temos aqueles que acabam por ir parar aos militares – e acaba por, de forma muito coerente, todo o edifício ficar com o mesmo fim, com o mesmo propósito (a nível dos colégios universitários temos como exemplo o Colégio da Graça que, quando se transforma em quartel militar, acaba por manter uma unidade) -, e temos os que, como o Colégio da Trindade, acabam por ser pulverizados com um conjunto de ações e ocupações distintas.

Efetivamente, no Colégio da Trindade nós temos um volume de utilizações muito significativo e muito rápido no tempo e dos quais nós temos alguns vestígios. Aquando da entrada do edifício ainda foi possível registar e verificar muitos deles. Do tribunal nós tínhamos a construção de uma parede... o Tribunal Judicial da Comarca vai para o Colégio da Trindade, em 1870, e, nessa altura, há efetivamente a subdivisão do espaço entre o altar-mor e o corpo da capela e, por isso, nós tínhamos logo aí alguma evidência física.

Depois, ali funcionou também o Colégio Rainha Santa Isabel e, portanto, funcionaram ali algumas atividades.

A Associação Académica desde logo também ali funcionou.

Funcionou um teatro e temos algumas evidências ainda em pinturas e marcações de balcão e de números e de sinalética que fazia gestão do edifício.

Para além disso, temos algo muito expressivo e que nos chegou quase até ao momento em que a Universidade ficou com o edifício, que era a existência de uma oficina e uma loja de móveis. E posso dizer que quando entrei no edifício, no início de 2002, ainda víamos os negativos de toda a colocação de instrumentação para o fabrico dos móveis, víamos tudo isso ainda a funcionar no espaço.

Talvez a evidência mais significativa e aquela que nos causou vazios com os quais temos de lidar até hoje e constituíram até reflexão para opções do projeto arquitectónico é, efetivamente, aquela que decorre da grande derrocada de 1 de fevereiro de 1988. Esse é, efetivamente, o grande vestígio porque nos traz um vazio muito grande de informação, traz-nos alguns elementos recuperáveis mas outros que não têm recuperação possível, e nos mudam, em parte, a feição do Colégio.

Ainda havia ocupações em 2002?

SF: Em 2002 ainda estavam habitantes no edifício.

O Colégio da Trindade sofre essa realidade. Há uma parte do Colégio, as partes de maiores dimensões, que são utilizadas para ocupações como aquelas que falamos. E depois, a parte mais dos dormitórios acaba por ser utilizada para ocupação privada. A seguir acaba por haver um processo cumulativo de subdivisão e subarrendamento sucessivo do espaço até que, efetivamente, quando o edifício passa para a Universidade, em 87, e ainda quando se iniciam estes trabalhos num momento muito mais recente, há um conjunto significativo de pessoas que ainda habitam no local.

Curiosamente, fruto da derrocada, não há notícia de danos físicos. Há notícia dos danos materiais – quer do edifício, quer da obstrução da rua, quer dos edifícios fronteiros -, mas não há registo de danos em pessoas. Refere-se ao registo de bens, não de pessoas.

Com a derrocada houve muito património destruído?

SF: Quando se deu a derrocada houve, efetivamente, uma perda significativa de património. E nos trabalhos posteriores à derrocada também.

Os jornais dão alguma informação desde logo que, no período pós-derrocada, houve um conjunto de roubos e saque ao edifício. O acesso era livre e fala-se da perda, nomeadamente, ao nível de património azulejar, fala-se de algumas pratas e de algumas coisas que ainda existiriam e que efetivamente foram retiradas inapropriadamente do local.

Mas desde logo perde-se uma área muito significativa do Colégio, muito expressiva do ponto de vista arquitectónico porque uma das grandes e mais interessantes particularidades deste edifício (e sendo ele, do ponto de vista arquitectónico, de feição simples) era ter uma *loggia* absolutamente fantástica, virada a sul, que se perdeu. Perdeu-se irremediavelmente porque, inclusive agora, não foi alvo de criação dessa volumetria ou de redefinição desse espaço.

Portanto, do ponto de vista físico, uma ação como esta, uma derrocada com estas dimensões, com esta expressão, associada aos trabalhos posteriores de consolidação do existente que levaram ao desmonte e apeamento de mais um conjunto de área e de paredes (para além das que foram diretamente afetadas pela derrocada), é óbvio que constituiu um momento de uma perda significativa para o Colégio.

Voltando aos vestígios arqueológicos, qual vai ser o destino destes?

SF: Nós quando falamos em vestígios arqueológicos falamos de um número muito alargado de objetos e suportes e, portanto, em função da sua natureza, têm tido destinos diferentes.

Os frescos, os revestimentos parietais da época romana, pelas suas características, estão no Museu Monográfico de Conímbriga para tratamento. Terminado o tratamento e estabilização regressarão.

Os vestígios osteológicos, dada a sua natureza, estão no Departamento de Ciências da Vida, no Departamento de Antropologia, para acondicionamento e armazenamento porque têm as condições de preservação e manutenção de espólio desta natureza. Está previsto, terminada agora a análise preliminar dos últimos vestígios osteológicos recolhidos, que foi agora no Verão, portanto há muito pouco tempo, podermos tratar de estudar de forma global esses vestígios.

Sobre os restantes, temos um conjunto de elementos arquitectónicos pétreos, que provêm precisamente da derrocada e dos desmontes que foram feitos posteriormente, que sempre existiram no Colégio desde que nós começamos este processo e andavam um pouco ao sabor da necessidade da ocupação dos espaços. Estes foram alvo de um

processo de inventário muito simples, uma inventariação muito simples, uma palatização, e estão neste momento guardados provisoriamente em espaço da Universidade de Coimbra.

O restante espólio, nomeadamente o cerâmico, o vítreo e algumas moedas, está inventariado, condicionado. Terminada esta fase, iniciar-se-á a fase seguinte que é deixar de olhar de forma mais parcelar para os vestígios que nos aparecem a cada campanha e poder fazer o estudo global dos materiais recuperados.

Há muitas formas de divulgação e, portanto, nós depois iremos decidir a cada momento as formas de divulgação. Os vestígios não têm necessariamente de voltar ao Colégio para poderem ser devolvidos à comunidade que, no fundo, é isso que se pretende. O objetivo final será a devolução desta informação.